

Economia em Debate

nº 266

(12/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

BNDES vai antecipar dívida com Tesouro em 10 a 15 anos

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) antecipará em 10 a 15 anos o prazo final para o pagamento de dívidas com o Tesouro Nacional. De acordo com o presidente do banco, Dyogo Oliveira, o saldo devedor poderia ser quitado até 2060, mas a antecipação desse prazo está sendo negociada com o governo.

Após o pagamento de mais R\$ 100 bilhões em 2018, o BNDES ainda terá R\$ 250 bilhões a serem quitados. “Estamos negociando com o Tesouro para reduzir esse prazo. Os pagamentos eram concentrados nos últimos cinco anos, estamos acertando um processo mais linear de devolução”, afirmou ontem.

Desde 2016, o BNDES vem antecipando pagamentos ao Tesouro a pedido do governo, que precisou reforçar o caixa apertado. Nos últimos dois anos, foram pagos R\$ 150 bilhões. Neste ano, já foram devolvidos R\$ 30 bilhões e outros R\$ 100 bilhões serão pagos até agosto, o que será essencial para o Tesouro cumprir a chamada “regra de ouro”, que impede que o governo se endivide acima do patamar que investe.

Para 2019, no entanto, Oliveira disse que o montante a ser pago será bem menor. “Para 2019, a lógica é o fluxo normal de pagamentos que iria até 2060.”

Venda de empresas. Durante seminário no Tribunal de Contas da União (TCU), Oliveira reforçou ainda que a estratégia do BNDES agora é vender participação em empresas maduras e focar nas iniciantes. Ele disse que o banco tem em “processo de desinvestimento” todas as empresas de sua carteira. “Não posso falar quem está mais perto(de ser vendida) porque isso desvaloriza ativos, mas a estratégia está bem definida.”

A meta do banco é vender R\$ 10 bilhões em participações neste ano, dos quais 40% já foram cumpridos. Esse valor não inclui a operação que resultou na venda da Fibria para a Suzano, feita em março, que rendeu R\$ 8,5 bilhões ao BNDES. Oliveira avaliou que o resultado das participações do banco de fomento em empresas tem sido muito satisfatório – ele citou como exemplo a valorização da participação do banco na Eletropaulo de mais de 200%.

No mesmo evento, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que, no cenário atual de juros baixos, o BNDES terá de assumir mais riscos para promover o mercado de capitais brasileiro. “Se reforçarmos as medidas necessárias para que continuemos com inflação baixa e taxa de juros baixa, podemos ter uma revolução no mercado de capitais. Não sabemos o potencial que esse mercado pode alcançar”, acrescentou.

Oliveira afirmou que investir em empresas iniciantes implica mais riscos, mas ressaltou que a inadimplência do banco, hoje em 1,6%, é a mais baixa do mercado.

“Se reforçarmos as medidas necessárias para que continuemos com inflação baixa e taxa de juros baixa, podemos ter uma revolução no mercado de capitais.”

Indefinições sobre tabela do frete travam transporte de carga no País

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

As idas e vindas do governo em torno da tabela com o preço mínimo do frete rodoviário desencadearam um segundo capítulo da paralisação dos caminhoneiros. Embora não haja mais bloqueio nas estradas, a indefinição do custo dos transportes está fazendo com que empresas adiem os embarques de mercadorias, com reflexos na exportação e na produção.

Os dados do setor privado que chegaram à mesa do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, apontam para um atraso de 11 dias nos embarques do agronegócio. “Deixamos de exportar 450 mil toneladas por dia”, disse ao Estadão / Broadcast. É o suficiente para carregar 60 navios. Mas, sem carga, eles ficam parados no porto, sujeitos a uma cobrança diária de US\$ 25 mil.

O quadro foi confirmado pelo diretor-geral da Associação Nacional de Exportadores de Cereais (Anec), Sérgio Mendes. “O mercado continua completamente parado. Tem 10 milhões de toneladas já vendidas e paradas no interior e 50 navios de soja ao largo dos portos esperando resolver essa situação para poder embarcar”, disse. Segundo ele, há outros 60 navios chegando aos portos brasileiros e correndo o risco de enfrentar o mesmo problema.

Na produção industrial, também há cargas paradas. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), as empresas já enfrentam dificuldades para obter insumos.

“O País está parado”, afirmou Wallace Landim, o “Chorão”, uma das lideranças dos caminhoneiros

Negociação

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) espera concluir as discussões com os caminhoneiros sobre a tabela do frete até amanhã. Depois, pretende dialogar com o setor produtivo. autônomos. Ele esteve ontem na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para discutir um ajuste na tabela do frete.

O tabelamento do preço mínimo para o frete rodoviário – decisivo para acabar com a paralisação dos caminhoneiros – virou uma armadilha para o governo. Sob pressão, já foram editadas duas versões da tabela. A primeira – que é a que está em vigor hoje – atendeu os caminhoneiros, mas revoltou o agronegócio, que fala em aumentos de até 150% nos preços. A segunda procurou aliviar o custo dos produtores, mas contrariou os caminhoneiros. O governo a revogou. Uma terceira versão está em discussão desde o fim da semana passada.

“É uma balbúrdia danada”, disse o presidente executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut), Luis Henrique Baldez. Ele confirmou que há represamento da carga. “Não é represália aos caminhoneiros. É por causa da indefinição de preços.”

Segundo Baldez, o agronegócio não contrata caminhoneiros autônomos, e sim transportadoras. Essas, por sua vez, recrutam os autônomos quando sua equipe é insuficiente para dar conta do serviço. “Se eu contrato essa empresa, tem de ser pelo frete mínimo?”

A Associação dos Transportadores Rodoviários (ATR) ingressou com uma ação de inconstitucionalidade contra a tabela. No Supremo Tribunal Federal (STF), o caso deverá ficar com o ministro Luiz Fux. A CNI pretende fazer o mesmo esta semana. Outras entidades, como a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) e a Anec também procuraram a Justiça. Na semana passada, o tabelamento chegou a ser suspenso para duas empresas por uma decisão judicial, mas a liminar foi derrubada na sexta-feira.

Menos dívidas e menos atrasos são bons sinais

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

Embora a economia esteja se recuperando lentamente, os consumidores mostram ter recursos para ajustar as contas e reduzir o nível de endividamento e a inadimplência. É o que mostra a última Pesquisa CNC de Endividamento e Inadimplência do Consumidor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O estudo revela que o total de endividados caiu de 60,7% em maio de 2017 para 59,1% em maio de 2018. Em igual período, as dívidas ou contas em atraso diminuíram de 25,5% para 24,2%.

Comprometendo menos o orçamento familiar, as famílias ganham melhores condições para retomar o consumo, ainda que para isso tenham de tomar crédito. O que não se pode ignorar é que o endividamento caiu porque as pessoas têm medo de gastar, dadas as incertezas quanto ao futuro, ou seja, quanto à preservação de emprego e renda.

Os muito endividados representam apenas 13,4% da mostra de 18 mil pessoas ouvidas pela CNC, porcentual que foi maior em maio de 2017 (14,3%). Quase uma quarta parte dos entrevistados (23,2%) se declarou pouco endividada e 40,7% não têm dívidas em cheques pré-datados, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro ou seguro. Na

comparação entre maio de 2017 e maio de 2018, diminuiu de 10,1% para 9,9% o percentual dos que não terão condições de pagar as dívidas em atraso.

A pesquisa separa duas grandes categorias por faixa de renda: os que ganham menos de 10 salários mínimos, dos quais 11,8% não terão condições de pagar as dívidas assumidas; e os que ganham mais de 10 salários mínimos, dos quais apenas 3,3% não conseguirão quitar os compromissos. Na faixa de trabalhadores que percebem até 10 salários mínimos está a maioria de ameaçados pelo desemprego ou pertencentes às classes média e baixa que mais sofreram com a recessão da era petista.

Além da cautela dos consumidores antes de consumir e se endividar, a queda das taxas de juros contribui para reduzir a proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso, segundo os técnicos da CNC.

Mudanças significativas na tendência de redução do endividamento não deverão ser percebidas no curto prazo, mas só depois que ficarem mais claros o cenário eleitoral e o compromisso dos candidatos com o equilíbrio macroeconômico.

Cargas do Nordeste são as mais afetadas

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

Indústrias com fábricas localizadas em regiões mais distantes do País, no Nordeste e Sul, que precisam mandar seus produtos para o Sudeste, o principal mercado consumidor, enfrentam dificuldades para despachar mercadorias. Com o tabelamento do frete, o custo desse transporte aumentou cerca de 150%.

Fabricantes de linha branca e de eletroportáteis instaladas no Nordeste têm cerca de uma semana de produto faturado e parado em seus depósitos por causa do encarecimento do chamado “frete de descida”, segundo José Jorge do Nascimento Júnior, presidente da Eletros, associação que reúne os fabricantes de eletroeletrônicos. Esse tipo de frete, tradicionalmente, une as regiões com menor volume de saídas e os grandes centros comerciais a um custo inferior ao de um frete normal. Isso porque utiliza caminhões que, na prática, voltariam sem carga para o Sudeste. Mas, com as mudanças nas regras, o valor desse frete foi nivelado para cima.

“Virou um leilão o mercado de frete”, diz Anete de Castro, vice-presidente da Mallory, fabricante de eletroportáteis, com fábrica em Maranguape, no Ceará. Por causa do custo elevado de transporte, que subiu 150% do Nordeste para o Sudeste e pela falta de caminhões, até quarta-feira da semana passada a empresa tinha o equivalente a uma semana de produtos faturados e parados no depósitos.

A partir de quinta-feira, conta a executiva, 30% das mercadorias começaram a ser despachadas por navegação de cabotagem, do Porto de Pecém (CE) para o Porto de Santos (SP). Também uma pequena parcela está vindo de

caminhão. Ela conta que há caminhoneiros com a mercadoria já embarcada que desistem do frete para o Sudeste porque recebem uma oferta de preço melhor, dada a escassez de transporte.

Anete diz que já faltam itens da sua marca nas lojas do Sudeste e que está renegociando com os varejistas o aumento de custo de transporte, que normalmente corre por conta do fabricante. “A situação só não está pior porque a fábrica está em férias coletivas, programadas anteriormente.”

Os problemas enfrentados pela Mallory para trazer produtos para o Sudeste também viraram rotina de várias outras indústrias instaladas no Nordeste. A Esmaltec Eletrodomésticos, por exemplo, que produz fogões e geladeiras na região metropolitana de Fortaleza (CE), informa, por meio de nota, que “após a divulgação da tabela de fretes mínimos pela ANTT, em 31 de maio, tem buscado modais alternativos, como a cabotagem, no intuito de minimizar os impactos no transporte de seus produtos, até que haja uma posição definitiva do governo”. A empresa esclarece que, até o momento, o aumento dos custos não foi repassado para os clientes, mas, caso esse cenário persista, haverá impacto nos preços dos produtos para os revendedores e, conseqüentemente, para os consumidores finais, diz o comunicado.

No Sul, a situação não é diferente. O diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), Carlos Paviani, diz que companhias gaúchas produtoras começam a cancelar as vendas da bebida para outras regiões do País. “Uma companhia associada, por Anete de Castro

“A situação só não está pior porque a fábrica está em férias coletivas.”

VICE-PRESIDENTE DA MALLORY

Pablo Cesário

“Alguns produtos ficaram inviáveis.”

GERENTE DA CNI

Governadores vão ao STF cobrar repasses da União **O Estado de S. Paulo - 12/06/2018**

Vinte e dois Estados e o Distrito Federal entraram ontem com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) cobrando o repasse pelo governo federal de recursos referentes a impostos que não são divididos com eles. Na ação, os Estados pedem que a União repasse 20% das receitas de contribuições que são desvinculadas por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU). A estimativa é que o valor pode chegar a R\$ 21 bilhões por ano.

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, uma segunda ação será impetrada pedindo o pagamento do passivo referente aos últimos cinco anos, o que poderia levar à cobrança de mais de R\$ 100 bilhões. Mecanismo previsto pela

Constituição, a DRU permite ao governo administrar suas contas ao determinar que 20% das receitas com impostos sejam aplicados livremente. Onofre Batista

A ação foi encabeçada pelo governador de Minas, Fernando Pimentel (PT) e assinada por 23 governadores. São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo não assinaram o documento.

Os Estados argumentam que o governo criou contribuições para fugir da obrigatoriedade de repassar 20% das receitas, exigida para os impostos em geral. Com isso, esses tributos deixam de cumprir o papel de contribuição, em que a receita é destinada a um gasto específico, como Previdência. No entendimento dos Estados, as receitas desvinculadas deveriam ser divididas com os eles.

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Fazenda afirmaram que não foram intimados. A avaliação da área jurídica do órgão, porém, é a de que receita de contribuição não deve ser repartida com Estados. De acordo com o ministério, o STF tem o mesmo entendimento. /

“Os Estados estavam negociando, mas nada andava, então entraram com a ação.”

ADVOGADO-GERAL DE MINAS GERAIS

‘A inflação não ficaria abaixo de 3% para sempre’

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

Ilan Goldfajn, O Banco Central já trabalha com uma alta da inflação neste ano. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, disse que a trajetória da inflação para 4% está na conta da instituição e indicou a decisão da diretoria em manter a taxa básica de juros (Selic) em 6,5% ao ano. Mesmo com a concretização desse cenário, o índice oficial de preços ficaria abaixo da meta estipulada para este ano, de 4,5%.

Na última pesquisa Focus, uma centena de economistas ouvidos pelo BC projetou o IPCA em 3,82% no fim de 2018 – há um mês, as projeções eram de 3,45%. “É claro, e já estava na conta, que a inflação em 12 meses não ia ficar abaixo de 3% para sempre.”

Ao responder a questões de investidores e economistas no Broadcast Interativo ao Vivo, Ilan disse que não vê risco de custo para as contas públicas no aumento de swaps (contratos equivalentes à venda de dólar no mercado futuro). Segundo ele, o BC também não vai esperar o mercado “secar” para atuar no câmbio e impedir a desvalorização do real, porque o País “acumulou munição” para enfrentar momentos como o de agora.

Com a escalada dos preços agrícolas e dos combustíveis, não seria prudente o BC elevar os juros no próximo encontro? Temos dito que a política monetária

(aumento de juros) não será usada para estabilizar o câmbio. A política monetária vai continuar sendo usada para atingir a meta de inflação, olhando expectativa de inflação e balanço de riscos. Olhando isso, nós decidimos a cada 45 dias qual será nossa decisão sobre a Selic, mantendo os princípios do regime de meta de inflação. Nesse caso, não será diferente. Vamos tomar a decisão sobre juros no dia 20 de junho.

A última reunião do Copom foi marcada por críticas em relação às sinalizações do colegiado sobre a Selic. Onde o BC errou na comunicação?

Não nos leva a nada ficarmos vendo no que errou, como errou. A questão mais relevante no momento é a dos nossos riscos, que mudaram. O BC tem sido muito claro em relação ao risco do cenário internacional. Nós alertamos que o cenário benigno não iria continuar para sempre, e isso se revelou verdade. Mas também alertamos que é necessário continuar na trajetória de ajustes, de reformas. Além disso, temos dito que as decisões do Copom são tomadas no dia da reunião. É neste dia que as condições são avaliadas. Isso vale para a reunião passada e para todas as reuniões do Copom.

A coleta de preços de curto prazo aponta que já em junho a inflação de 12 meses deve passar de 4%. Como o sr. avalia o balanço de riscos para a inflação no momento?

Já estava na conta que a inflação em 12 meses não ia ficar abaixo de 3% para sempre e, inclusive, essa foi a base da nossa decisão passada (de manutenção da Selic em 6,5% ao ano). De fato, o risco de a inflação ficar abaixo da meta é bem menor hoje. Então fazia sentido a gente manter a taxa de juros na reunião anterior, dado que a inflação ia voltando com mais segurança para a nossa meta. O fato de ela voltar em direção a 4% ao longo deste ano não me parece algo fora do cenário-base. É claro que vamos ter de olhar as expectativas. As projeções de inflação vão subir para frente? Qual o balanço de risco à frente? Isso tudo vamos avaliar na reunião do Copom.

O BC anunciou operações de US\$ 20 bilhões em swap cambial (cujo efeito é equivalente à venda de dólares) até o fim desta semana, o que acomodou o dólar. O que a instituição vai fazer a partir da semana que vem?

No momento, não anunciamos nada para frente. Vamos observar. Nosso objetivo tem sido de estabilizar o mercado, deixar o câmbio flutuante, mas evitar a turbulência que vimos na semana passada. Este tem sido nosso objetivo. A partir daí, a gente vê para frente.

O sr. também comentou que o BC, se necessário, fará operações com swaps além do estoque visto no passado, que chegou a US\$ 115 bilhões. Uma posição tão grande em swaps não representa um custo muito grande para o País?

Nós temos US\$ 380 bilhões de reservas internacionais e a posição de swap é uma forma, em contratos derivativos, de usar essas reservas que temos. Essas

reservas foram acumuladas para serem usadas em momentos de necessidade. Montamos este seguro e, uma vez que temos isso, ele é para ser usado em momentos de necessidade. Achamos que o momento é agora, é este ano. Se você chegar ao máximo visto no passado, por exemplo, são US\$ 115 bilhões de swap de um lado versus US\$ 380 bilhões de reservas de outro. Ainda há bastante espaço. Não considero um risco para o País.

O BC não poderia se adiantar à falta de recursos e fazer leilões de linha (venda de dólares com compromisso de recompra no futuro) para inibir especulações, como sugerem alguns profissionais?

Dissemos que se houver demanda, vamos oferecer. Agora, haver demanda não significa esperar a liquidez secar. Se observarmos que há necessidade, se houver demanda maior que oferta de dólares, obviamente estaremos à disposição para ajudar. Não há problema em fazer leilão de linha. Temos reservas e elas nos dão lastro para fazer os leilões.

Qual o risco para o Brasil de vitória na eleição presidencial de um candidato não comprometido com as reformas fiscais?

Não comento questões políticas. Gostaria que o BC se mantivesse neutro, apartidário, para poder cumprir melhor o seu papel. Mas temos dito que é muito importante para o Brasil continuar na trajetória das reformas, principalmente do lado fiscal, porque apenas isso vai garantir consolidação fiscal, inflação baixa, recuperação da economia e taxas de juros estruturais mais baixas.

Construtoras buscam retomar expansão

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

Após paralisação de canteiros de obras e queda nas vendas ao longo de maio – mês que concentrou a greve dos trabalhadores da construção em São Paulo e o protesto dos caminhoneiros em todo o País –, as incorporadoras buscam recuperar o tempo perdido e manter a trajetória de expansão dos negócios vista nos meses anteriores, disseram empresários, ontem à noite, durante a entrega do prêmio Top Imobiliário, realizado pelo Grupo Estado.

A 25.^a edição do evento teve como vencedoras as empresas Tenda e Lopes. O evento tem parceria do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP) e da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp).

No mês passado, por cerca de cinco dias, a Cury, parceira da Cyrela no mercado imobiliário de baixa renda, chegou a ter 80% dos canteiros parados. No fim de semana da greve dos caminhoneiros, as vendas caíram pela metade, conta o vice-presidente, Fábio Curi, que assumirá a empresa familiar em breve. “A situação já está normalizada, mas esse processo não é rápido”, pondera, lembrando que a efetivação das vendas depende de agendamentos de visitas.

Na Eztec, incorporadora que atua no ramo de imóveis de médio e alto padrão, o tempo perdido com as paralisações dos canteiros totaliza três semanas, explica o diretor de relações com investidores, Emílio Fugazza. Esse período engloba as paradas de obras e o tempo necessário para reposição de insumos, como concreto e massas, que não são estocados.

Como consequência, a companhia espera um balanço mais fraco no trimestre, já que as receitas do setor são contabilizadas de acordo com a evolução das obras. “Vamos ter um impacto de três semanas de um total de 12 semanas no balanço do trimestre”, aponta Fugazza, além da redução das vendas pela metade durante o ápice da greve.

Já o diretor de incorporação da Tegra (antiga Brookfield), João Mendes, conta que a empresa conseguiu ultrapassar o mês de maio com paradas apenas pontuais, que não comprometeram as projeções para o ano. Entre maio e o início de junho, a companhia conseguiu, até mesmo, lançar dois empreendimentos em Campinas, com cerca de 30% das unidades vendidas. “Continuamos com a meta de lançar empreendimentos que somam R\$ 1,3 bilhão em valor geral de vendas. Neste mês, vamos atingir R\$ 500 milhões”, afirma.

Presidente da Câmara deve vetar reajuste de bônus a servidor

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

Prefeito em exercício de São Paulo, o vereador Milton Leite (DEM), presidente da Câmara Municipal, deve vetar o reajuste da função gratificada, o bônus a servidores do Legislativo com cargos de chefia. Ele foi corrigido em até 77% e previa pagamentos mensais de até R\$ 16 mil, o que teve repercussão negativa. Já os auxílios aprovados no mesmo projeto de lei, como de saúde e alimentação, serão sancionados.

Leite havia anunciado que falaria com os 40 vereadores que participaram da sessão para decidir sobre o veto. As bancadas do PSDB e do PSB haviam pedido para que o artigo que trata da gratificação fosse vetado.

Alguns vereadores alegaram que o aumento do bônus havia sido incluído no projeto sem que o plenário fosse avisado. Muitos disseram ter votado sem saber do artigo que fixa o reajuste – Leite afirma que o texto estava aberto a todos.

A sanção da lei, com vetos, deve ser publicada hoje no Diário Oficial da Cidade. O projeto havia sido aprovado com o “sim” de 32 vereadores. Oito votaram contra e 15 não votaram.

O reajuste da gratificação traria custo extra e R\$5,4 milhões anuais para a Câmara. A maior parte dos servidores que tem direito ao bônus está entre os

254 funcionários do Legislativo que têm salários acima do teto, graças ao entendimento de que a gratificação é verba indenizatória e não entra no cálculo do teto salarial. Leite fica no comando da Prefeitura até amanhã.

Fim dos penduricalhos deve reduzir gastos em R\$ 2,3 bi

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

A União e os Estados poderão economizar pelo menos R\$ 2,3 bilhões ao ano com o fim de penduricalhos nos salários dos servidores, de acordo com cálculos apresentados ontem pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR), relator do projeto de lei que regulamenta o teto remuneratório do funcionalismo.

O parlamentar apresenta hoje seu parecer na comissão especial e vai colocar na mira dos cortes benefícios como auxílio-moradia, honorários de sucumbência (uma espécie de bônus para advogados da União), remunerações para servidores que integram conselhos de empresas com participação do poder público, entre outros.

Os auxílios têm sido usados por órgãos públicos para turbinar a remuneração dos servidores fora da alçada do teto remuneratório, que limita os vencimentos mensais ao salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje de R\$ 33,7 mil. Diante da necessidade de controlar gastos, o governo passou a tratar como prioritária a regulamentação do teto, para impedir o acúmulo dos penduricalhos.

Bueno ainda vai apresentar também uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para acabar com as férias de 60 dias a que têm direito os magistrados e os integrantes do Ministério Público e pôr fim à licença-prêmio – que o servidor tem direito após certo tempo de serviço. A tramitação da Pagamento de auxílio-moradia disparou nos últimos anos PEC, porém, dependerá do apoio de 171 parlamentares – além disso, a proposta não poderá ir ao plenário da Câmara enquanto vigorar a intervenção federal no Rio de Janeiro.

A apresentação do parecer deve reacender as investidas dos servidores públicos contra a proposta de regulamentar o teto, especialmente numa época em que os deputados já começam a pensar na reeleição. Desde o ano passado, as categorias tentam barrar a tramitação do projeto, que é uma das prioridades do governo em busca da redução de despesas com pessoal. Esse é hoje um dos principais gastos do governo, depois dos benefícios previdenciários.

Na estimativa do relator, é possível obter uma economia de R\$ 1,16 bilhão ao ano apenas com a limitação do pagamento de auxílio-moradia, considerando o gasto máximo desse benefício com servidores da União e dos Estados.

O ministro do STF Luiz Fux concedeu em 2014 liminar que permitiu o pagamento de auxílio-moradia a todos os integrantes da magistratura. O

Judiciário e o Ministério Público dos Estados respondem por quase metade dos benefícios pagos, segundo levantamento da comissão especial do projeto do teto remuneratório. Segundo o relatório, essa liminar já custou R\$ 4 bilhões apenas à União.

PEC. Outro R\$ 1,15 bilhão seria economizado com o fim do pagamento da venda de 30 dias de férias por integrantes do Judiciário e Ministério Público da União e dos Estados. A ideia do relator é reduzir a concessão atual de 60 dias de férias – que, na visão dele, abre caminho para a venda de parte do benefício e pode virar uma espécie de “pé-de-meia” para o servidor às custas do dinheiro público.

A avaliação, no entanto, é de que a economia pode ser ainda maior considerando outros auxílios e rubricas que hoje estão fora do abate-teto e passarão pela tesoura com a aprovação do projeto.

Pelo substitutivo, serão alvo de corte: auxílio-moradia (exceto aqueles concedidos em razão de mudança, que serão permitidos por até 12 meses, ou aqueles para servidores no exterior), honorários de sucumbência, venda de férias acima de 30 dias, jetons (remuneração recebida por ministros e servidores para integrar conselhos de empresas controladas pelo governo), entre outras rubricas.

Apenas 24 itens poderão ficar de fora do teto, incluindo auxílio-alimentação, auxílio-transporte, hora extra, adicional noturno, abono permanência, ressarcimento de despesas médicas e odontológicas, auxílio-creche, adicional de férias. Alguns desses benefícios, porém, serão limitados – o auxílio-alimentação, por exemplo, não poderá ultrapassar 3% do teto.

Crime. Pela proposta, quem descumprir a lei e autorizar pagamentos fora do limite remuneratório, ou ainda fornecer informações falsas, cometerá crime e poderá ser punido com detenção de dois a seis anos.

O Ministério do Planejamento deverá desenvolver um sistema de controle do teto. O projeto também obriga a realização de auditorias anuais pelos órgãos de controle interno. Essas verificações deverão ser incluídas na prestação de contas dos órgãos.

Auxílio-moradia para parlamentar fica no texto

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

Apesar de endurecer as regras para o pagamento de auxílio-moradia a servidores públicos, a minuta do parecer do projeto que regulamenta o teto remuneratório deixa uma lacuna em relação ao benefício concedido a parlamentares federais, estaduais e municipais.

O texto prevê pagamento do auxílio a ocupantes de mandato eletivo que estejam fora do domicílio eleitoral e não tenham acesso a imóvel funcional.

Mas não há qualquer vedação de repasses a parlamentares que possuam imóvel em seu nome (ou no nome do cônjuge) no município em que atuam.

O argumento é de que o tema precisa ser regulado pelo próprio Legislativo, por uma questão de independência dos Poderes. A medida acabará delegando também às assembleias legislativas e câmaras municipais a definição sobre o pagamento a seus parlamentares.

A brecha pode abrir caminho para casos como o do próprio relator do projeto, deputado Rubens Bueno (PPS-PR), que recebia auxílio-moradia de R\$ 4.253 mensais da Câmara mesmo morando em um apartamento que pertence à mulher dele em Brasília, como revelou o Estadão/Broadcast em fevereiro.

“Não fico (constrangido) porque o patrimônio é dela, não é meu”, disse à época. Horas depois ele, distribuiu comunicado informando ter protocolado ofício renunciando ao benefício.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho, disse que o teor do relatório do teto remuneratório não surpreendeu a categoria.

Ele alertou, porém, que uma lei ordinária, como a que está sendo relatada por Bueno, não tem poder para promover mudanças no pagamento do auxílio-moradia a servidores do Judiciário e do MP, regulados por lei complementar. No mesmo dia da apresentação do relatório, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público se reúne para debater o conteúdo do parecer.

Com 5ª queda consecutiva, Bolsa acumula perdas de 8% O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

A cautela voltou a dar o tom dos negócios no mercado de ações ontem e o Ibovespa teve sua quinta queda consecutiva, influenciado principalmente pelas ações do setor financeiro. O índice fechou o pregão em baixa de 0,87%, aos 72.307,77 pontos. Em cinco pregões de queda, o Ibovespa perdeu 8%, o que leva a uma perda acumulada no ano de 5,36%.

O volume de negócios – de R\$ 9,6 bilhões – ficou abaixo da média dos últimos dias, evidenciando um pregão mais tranquilo, sem os sobressaltos das últimas semanas.

A queda da Bolsa brasileira foi na contramão dos índices de Nova York, que operaram em alta na maior parte do tempo. No cenário interno, a incertezas políticas ainda pesam, depois que pesquisa da Datafolha divulgada no fim de semana mostrou que o ex-presidente Lula lidera as intenções de voto, mesmo estando preso.

Depois de registrar a maior queda em quase 10 anos na última sexta-feira, o dólar teve um dia volátil e fechou em leve alta, ontem, de 0,09%, cotado a R\$ 3,7082.

Supremo decidirá se os advogados da União têm direito a 60 dias de férias

Valor Econômico - 12/06/2018

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que irá analisar se advogados da União têm ou não direito a 60 dias de férias, por equiparação a juízes e membros do Ministério Público. O assunto será avaliado com repercussão geral, ou seja, a decisão terá validade para todos os integrantes da AGU. A data do julgamento não foi fixada ainda.

A ação foi apresentada há mais de uma década por um grupo de advogados da União localizados em Sergipe, que conseguiram o direito de dobrar as férias por decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), com sede em Recife. Os autores pediram ainda para receber o adicional de um terço referente aos dois meses de descanso, além de pagamento retroativo desde 2003. Eles defendem que devem ter os direitos equiparados aos dos juízes e membros do Ministério Público, que contam com férias de 60 dias.

A Advocacia-Geral da União (AGU) se posicionou contra o pedido feito por alguns de seus próprios membros, argumentando que não há previsão legal para isso. Mas os recursos foram rejeitados tanto pelo Superior Tribunal de Justiça quanto pelo STF. A AGU voltou a recorrer, apresentando os chamados "embargos dos embargos de declaração". Em um novo julgamento, a 2ª Turma do STF decidiu voltar atrás para analisar o recurso. A 2ª Turma é composta pelos ministros Edson Fachin, Dias Toffoli, Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. A AGU não tem um estudo sobre o impacto financeiro que o pagamento de 60 dias de férias aos seus membros geraria.

Os autores da ação questionam artigos da Lei 9.527, de 1997, que reduziu de 60 para 30 dias o período das férias anuais dos membros da AGU. Eles defendem que deve permanecer válido o Decreto 147, de 1967, que previa os 60 dias. O argumento é que a mudança, feita em 1997, violaria o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos e da isonomia entre as carreiras jurídicas, já que juízes e membros do Ministério Público têm direito a 60 dias de férias.

Já a AGU aponta no processo que, antes da Constituição de 1988, a defesa da União era exercida pelo Ministério Público da União (MPU) e pelos integrantes do chamado "serviço jurídico", que contavam com as mesmas vantagens e garantias concedidas aos membros do MPU - como o direito a férias de 60 dias.

A partir de 1988, o serviço jurídico foi transformado na AGU. Mas ao contrário das normas que tratam da organização do MPU, a lei orgânica da AGU não

tratou do direito às férias de seus membros. Com a edição da Lei 9.527, em 1997, o período de férias foi fixado em 30 dias.

Até recentemente, dezenas procuradores da Fazenda Nacional e procuradores federais contavam com dois meses de férias, amparados em decisões judiciais de tribunais regionais federais. Em 2015, uma decisão do ministro do STF Luís Roberto Barroso suspendeu o descanso de 60 dias de um grupo de procuradores da Fazenda Nacional. Em 2014, o plenário do STF decidiu fixar em 30 dias as férias dos procuradores federais - advogados públicos que representam as autarquias e fundações.

Atualmente, a AGU é responsável por analisar, em sua Câmara de Arbitragem, um outro benefício concedido a carreiras jurídicas: o auxílio-moradia pago a juízes e membros do Ministério Público.

País enfrenta risco de permanecer no 'modo crise' **Valor Econômico - 12/06/2018**

A segunda grande crise do governo Michel Temer (MDB), provocada pela greve dos caminhoneiros nos últimos dias de maio, trouxe impactos mais graves para a economia do que o primeiro grande momento de tensão, causado pela delação de executivos da JBS, em maio passado. Com a nova turbulência, que ocorre em meio à piora do cenário externo e às vésperas da corrida eleitoral mais incerta da redemocratização, voltam a emergir dúvidas sobre o que será do futuro do país, passadas as eleições, e quais erros nos trouxeram até aqui.

Para responder a essas e outras questões, o Valor ouviu economistas com perspectivas diversas, como Renato Fragelli, da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE-FGV); Luiz Gonzaga Belluzzo, doutor em economia pela Unicamp; e Simão Silber, da FEA-USP.

Na perspectiva de Silber, o risco de o país mergulhar novamente numa recessão é pequeno e a economia tende a continuar se recuperando, ainda que a passos lentos. Segundo o economista, a situação vivida pelo país hoje tem origem em erros que começaram nos governos militares e não podem ser imputados a Temer, cuja administração tem resultado líquido positivo, apesar das inegáveis "barbeiragens".

O professor da USP avalia 2018 como um ano de "desaceleração com relação às expectativas", onde um crescimento entre 1% e 2% da economia parece razoável. Para 2019, Silber acredita que um avanço de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) é possível, desde que eleita uma gestão capaz de negociar com o Congresso o ajuste de contas necessário. Mas os nomes que hoje lideram as intenções de voto tornam essa perspectiva duvidosa e pode vir pela frente mais baixo dinamismo no crescimento econômico e volatilidade.

"O risco [de nova recessão] é pequeno, mas em economia temos uma frase lapidar que é 'nunca diga nunca'", afirma Silber. Segundo ele, a possibilidade de a economia voltar a encolher, após o breve respiro recente, aconteceria num caso extremo de desconfiança com relação ao país, em função de uma combinação de condições econômicas "totalmente deterioradas", condições políticas também nebulosas, com um Banco Central que não tivesse condições de intervir de maneira adequada a um ataque especulativo de grandes proporções, com conseqüente "overshooting" da taxa de câmbio. "Essa probabilidade existe, mas é um efeito de cauda, muito difícil de ocorrer", afirma.

Assim, o cenário mais provável é de continuidade da lenta recuperação. "Como estamos vindo de uma base muito pequena, após a economia passar por uma recessão brutal, a recuperação está vindo, não da forma como se imaginava há seis meses, pois ocorreram eventos políticos que mudaram as expectativas", diz, citando as denúncias do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot contra Temer, e a recente greve dos caminhoneiros como exemplos. "Esta é a segunda morte de Temer", avalia.

Para Silber, apesar das incertezas, o quadro eleitoral este ano não provoca tanto temor quanto aquele de 2002, primeira eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva. Naquele ano, foi a primeira vez na história da redemocratização que um presidente de esquerda chegava ao poder, lembra. "Não me parece que haja hoje um candidato que tenha na sua cartilha a ideia de fazer uma moratória de dívida do governo nesse momento", afirma, lembrando que à época, Lula lançou a "Carta ao Povo Brasileiro", para acalmar o mercado quanto a essa possibilidade, o que seria impensável para candidatos atuais.

Na visão do economista, como já demonstrado na pesquisa Datafolha divulgada domingo, as turbulências recentes devem ter pouco efeito sobre a eleição. "A partir desta semana ninguém mais vai estar preocupado com isso, vai estar preocupado se o Brasil chega na final [da Copa] e todas essas coisas perdem importância", avalia. Silber acredita que os indecisos devem começar a diminuir a partir de julho.

Para o país voltar a uma rota de crescimento sustentável, mais do que a reforma da Previdência, é necessário um programa ambicioso de investimentos, capitaneado pelo setor privado a partir de um plano de privatizações, redução dos monopólios, concessões e parcerias, acredita. "O grande desafio do Brasil é, ao invés de crescer 2%, crescer 5%, e o que falta para isso é planejamento estratégico, definir as prioridades, com apoio da população e do Congresso", conclui.

Camadas mais altas estão distanciadas das necessidades da maioria, vê Belluzzo

Valor Econômico - 12/06/2018

Erros do passado e velhas fórmulas de fazer política econômica, segundo o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, doutor em economia pela Unicamp e fundador da Faculdades de Campinas (Facamp), ajudam a entender o estágio crítico que o país atravessa, em que a combinação de baixa confiança, incerteza e insatisfação popular desenha um dos cenários pré-Copa do Mundo mais melancólicos da história. Para Belluzzo, as propostas e ideias hoje praticadas são incompatíveis, em nível "dramático", com as expectativas das pessoas e distanciam as camadas mais altas da sociedade e do poder das aspirações e condições de vida da maioria da população.

O economista também vê com preocupação o afastamento de alguns segmentos da sociedade do processo de sucessão política. E recorre à filosofia para ilustrar essa apatia. "É um momento perigoso. Na obra de Hobbes [filósofo inglês Thomas Hobbes], Leviatã [figura mitológica] é despedaçado pelo medo e pela ambição. Essa rejeição se traduz no fato de que fração importante da população não tem candidato. Significa que houve enfraquecimento das propostas, algumas sequer compreendidas".

Aos que apregoam "Estado mínimo", o professor contrapõe pesquisas mostrando que o brasileiro ainda tem uma visão de que o papel do Estado é proteger o cidadão. "A maioria [dos candidatos] correu para propostas mais liberais, de privatizar tudo. Isso tem efeito ruim, porque você não conversa com as pessoas. O sujeito diz: 'não vou votar nesse cara porque ele vai privatizar a Eletrobras, e a energia vai subir'. Foi o que me disse um motorista de taxi", conta.

Para Belluzzo, antecedentes explicam em boa medida o que aconteceu recentemente, com a greve dos caminhoneiros e as conturbações que se seguiram. Ele retroage às décadas de 1980 e 1990 para citar transformações geopolíticas não assimiladas nacionalmente que levaram, por exemplo, à ascensão da China como potência, deslocando estruturas industriais, inclusive a brasileira.

"Isso ocasionou no Brasil especialização negativa, de exportar commodities, contrariando o que fizemos nos anos 1960, 1970 de aumentar a participação da indústria e exportação de manufaturas. Nos anos 1990, insistimos em ideias simplificadoras", diz ele, lembrando os impactos negativos sobre a produção da valorização cambial. "Aumentar as importações não é ruim quando se faz o mesmo com exportações", observa ele, que também vê problemas na "volatilidade exagerada e danosa do câmbio" que se vê agora.

Segundo o economista, as propostas não se consolidam: "Isso é fruto da desmoralização da política e do desencanto. Da fraqueza do governo em equilibrar interesses contrapostos". Nesse cenário, afirma, surgem candidatos

que se apresentam como figuras mais autoritárias e conseguem capturar boa parte da população, apesar da mistura deste discurso com um economista de ideias extremamente liberais, o que tende a confundir o eleitor.

Quanto às perspectivas de mudanças pelo voto, Belluzzo recorre a Christopher Lasch, ao lembrar que o sociólogo norteamericano preconizou que não se deve ser pessimista, nem otimista, mas manter a esperança. "É imprescindível que ocorram as eleições. Tem gente que está apostando que elas não vão ocorrer. Isso seria um desastre para o Brasil. O país viraria um pária internacional. Aqueles que criticam frequentemente a Venezuela, frequentemente, com razão, ficariam envergonhados, porque o Brasil viraria um réprobo internacional".

Mas, para Belluzzo, é preciso examinar quais serão as condições de governabilidade após as eleições, o que dependerá muito do Congresso eleito. "Temo que não tenhamos uma renovação muito desejável, até pela forma como está sendo feito o financiamento de campanha", opina o professor, que vê com preocupação a existência de tantos partidos: "É uma coisa instabilizadora. Você não sabe exatamente qual é a proposta de cada um. Isso traz todas as fragilidades desse presidencialismo de coalizão".

Para ele, é preciso valorizar a eleição de parlamentares. "O Congresso deveria ter papel muito mais importante e público em vez de virar balcão de negócios", diz Belluzzo. Como forma de frear tentações autoritárias, receita o fortalecimento dos canais de expressão popular.

O economista afirma torcer para que o período transcorrido até as eleições se esvazie de agitações, sendo o pleito decisivo para trazer mudanças, com todos os objetivos subordinados ao voto popular. "Seria bom, inclusive, que o governo se comportasse da mesma maneira, com protagonismo mínimo, ao contrário do que fez nessa crise dos combustíveis. Tem que ser garantidor da ordem democrática".

Belluzzo critica duramente a política de preços da Petrobras. "Fico impressionado com as limitações das ações de defesa da economia. Nesse diapasão se escreve a ideia completamente despossuída de sensatez de reajustar os preços dos derivados como foi feito, numa economia em que o petróleo, assim como o câmbio, não é uma commodity, é ativo financeiro". Para ele, como monopolista, a companhia deveria acompanhar as oscilações e interferir de forma que não prejudicasse nem sua situação financeira, nem consumidores. "O que não pode é repassar mecanicamente a variação dos preços".

Quanto às perspectivas de crescimento, explica que as previsões enfrentam limitações e diz até se divertir com o esforço feito nesse sentido. "Diria que teremos um trimestre um pouco decepcionante, com consequências das turbulências desse episódio de greve. Há consenso que será mais fraco do que o antecipado", afirma ele, que vê uma expansão entre 0,5% e 1% em 2018, "com chances de errar bastante".

Sobre as eleições, Belluzzo afirma que as pesquisas mostram ainda a preferência da população pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas observa que o candidato que "Vi uma pesquisa que deu aumento de percentual impressionante (de intenções de voto) para o candidato apoiado por ele, que seria o Fernando Haddad [no caso da pesquisa citada, a Ipspe/XP]? Quer queira ou não, o Lula é o candidato da maioria. É constatação que nasce das pesquisas. Claro que pode mudar, mas é difícil". Questionado sobre eventual apoio de Lula a um candidato fora do partido, como Ciro Gomes (PDTCE), ele diz: "Na minha opinião, não seria inconveniente. Ele é qualificado". O economista, no entanto, lembra que não tem conversado com o ex-presidente, embora já tenha manifestado o desejo de visitá-lo.

População ainda não acordou para a realidade fiscal, diz Fragelli, da FGV

Valor Econômico - 12/06/2018

A democracia brasileira conseguiu acabar com a hiperinflação, mas não tem sido capaz de criar as condições para tornar viável a volta do crescimento, diz o economista Renato Fragelli, da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getulio Vargas (FGV). "A estagnação por muito tempo tem o potencial de, no limite, levar a sociedade a se deixar convencer por pseudo-soluções populistas, seja de esquerda, seja de direita", afirma ele, avaliando que o país chegou à beira do abismo fiscal.

"Se o próximo presidente não implantar a reforma da Previdência, colherá uma crise econômica tão avassaladora que acabará expulso do Palácio do Planalto", diz Fragelli. Um problema, segundo ele, é que a população não acordou para a realidade fiscal, "apesar de ter sido vítima do imenso estelionato eleitoral do PT em 2014". Para Fragelli, contudo, não foi apenas o PT que "alimentou a ilusão dos eleitores", ao atribuir ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a bonança dos anos 2004-2010, que teria sido proporcionada pelo boom das commodities. "O PSDB foi igualmente culpado por essa infantilidade econômica. Caberia à oposição expor ao povo a doutrina em que acredita, no caso a necessidade de reformas".

No entanto, o partido "acovardou-se" nos debates, acreditando que perderia votos se defendesse as reformas, "uma estratégia desastrosa", de acordo com Fragelli. "Em países politicamente maduros, a discussão política gravita em torno da restrição orçamentária. Aqui, todos os partidos infantilizam o povo". A seguir, trechos da entrevista.

Valor: Pesquisa do Datafolha mostrou que 87% dos entrevistados apoiaram a greve dos caminhoneiros, mas são contra aumento de impostos e corte de gastos para bancar as concessões. Como avalia esse resultado?

Renato Fragelli: A pesquisa mostra que a população, apesar de ter sido vítima do imenso estelionato eleitoral do PT em 2014, ainda não acordou para a realidade fiscal. Mas não foi só o PT que alimentou a ilusão desses eleitores, ao atribuir a Lula a bonança dos anos 2004-2010, na realidade proporcionada pelo boom das commodities. O PSDB foi igualmente culpado por essa infantilidade econômica. Caberia à oposição expor ao povo a doutrina em que acredita, no caso a necessidade de reformas. Mas o PSDB acovardou-se nos debates eleitorais, acreditando que perderia votos se defendesse as reformas. A estratégia foi desastrosa. Em cada uma das quatro eleições, sofreu uma derrota eleitoral e uma derrota política, por não ter deixado nenhuma mensagem incrustada na mente do eleitor. Em países politicamente maduros, a discussão política gravita em torno da restrição orçamentária. Aqui todos os partidos infantilizam o povo.

Valor: O sr. está mais pessimista com as perspectivas da reforma da Previdência e de medidas fiscais em 2019?

Fragelli: Em 1992, a Comissão de Reforma Fiscal criada pelo então ministro Marcílio Marques Moreira identificou a necessidade de se reformar a Previdência. Já se passou um quarto de século, e a questão ainda não foi enfrentada. Chegamos à beira do abismo fiscal. As regras previdenciárias vigentes no Brasil são verdadeiras aberrações quando comparadas às de outros países. Depois da grande celeuma gerada pela proposta de reforma de Temer, quando artistas foram marionetes de servidores públicos insatisfeitos, já há uma certa consciência de que é preciso mudanças. Acredito que haverá uma reforma, mas não sei dizer se será a última, a que equacionará o problema.

Valor: Quais as consequências de não enfrentar o desequilíbrio fiscal?

Fragelli: A principal fonte de desequilíbrio é, de longe, a Previdência. Se o próximo presidente não implantar a reforma da Previdência, colherá uma crise econômica tão avassaladora que acabará expulso do Palácio do Planalto. A democracia brasileira conseguiu acabar com a hiperinflação, mas agora não está conseguindo implantar as condições que viabilizariam a retomada do crescimento. A estagnação por muito tempo tem o potencial de, no limite, levar a sociedade a se deixar convencer por pseudo-soluções populistas, seja de esquerda, seja de direita.

Valor: Candidatos que defendem reformas e responsabilidade fiscal têm dificuldades. A perspectiva de polarização entre candidatos como Ciro Gomes e Jair Bolsonaro ajuda a explicar a volatilidade no mercado?

Fragelli: Se o PSDB não tivesse sido uma oposição tão incompetente durante os mandatos petistas, o poder estaria caindo no seu colo. Mas, a julgar pelas pesquisas recentes, corre o risco de nem sequer chegar ao segundo turno. Uma disputa entre uma espécie de coronel e um capitão insubordinado parece hoje o cenário mais provável. Os dois têm temperamentos imprevisíveis. Não inspiram confiança. A volatilidade vai permanecer até as eleições.

Valor: O ano começou com relativo otimismo sobre a economia, e hoje há um governo fraco uma, atividade lenta e um quadro eleitoral conturbado. Quais as perspectivas nesse novo cenário?

Fragelli: O quadro eleitoral deve sofrer alterações. O centro pode se aglutinar em torno de uma candidatura única. O futuro lançamento do candidato do PT - talvez Fernando Haddad - tende a esvaziar parcialmente a candidatura de Ciro. Com pouco tempo de TV, Bolsonaro deve perder espaço quando começar o horário eleitoral. Há muita incerteza ainda. Quanto às perspectivas do país, curiosamente elas poderiam ser muito boas, pois só dependem dos próprios brasileiros. A crise do Brasil é auto-infligida. Após a redemocratização, o país avançou muito. O Plano Real acabou com a inflação, viabilizando os avanços na redistribuição de renda. A chegada de Lula ao poder trouxe o medo de um grande retrocesso, mas ele surpreendeu a todos adotando uma política econômica consistente. O país chegou a ganhar o grau de investimento. O descarrilhamento começou em 2008, após a crise do subprime [a crise das hipotecas de alto risco nos EUA]. Vieram a mudança do marco regulatório do petróleo, os empréstimos do Tesouro ao BNDES e, a partir de 2011, o furacão tresloucado Dilma. Tendo fornecido, em duas eleições, o determinante apoio do PMDB à eleição de Dilma, Temer não dispunha de legitimidade para consertar em dois anos e meio o que havia sido estragado durante tanto tempo. O enorme apoio parlamentar esvaiu-se com a denúncia de Joesley. Mas recuperou a credibilidade do BC, fez a reforma trabalhista e abriu a discussão sobre a necessidade de reformar a Previdência. Se os brasileiros souberem votar bem, a retomada da economia será mais rápida do que muitos imaginam.

Volatilidade e queda da Selic elevam demanda por crédito privado

Valor Econômico - 12/06/2018

Com a taxa básica Selic no patamar mais baixo da história, em 6,50% anuais, os investidores aumentaram a demanda por fundos de crédito privado, levando alguns gestores a lançarem novas carteiras com esse perfil.

Além de oferecer um retorno maior, esses fundos podem ser uma alternativa para os investidores em momento de estresse no mercado, como o atual, uma vez que os preços dos papéis privados tendem a ter uma volatilidade menor que a dos títulos públicos, que são ativos de maior liquidez, ou seja, mais fáceis de vender. Em maio, por exemplo, o índice ImaGeral, que acompanha o desempenho dos títulos públicos, teve perda de 1,43%, enquanto o Índice de Debêntures Anbima (Ida) acumulou perda de 0,14%.

A captação dessas carteiras neste ano está forte. Levantamento da TAG Investimentos mostra que no acumulado dos últimos 12 meses até abril, os fundos de crédito livre captaram R\$ 8,802 bilhões, enquanto os portfólios que investem em títulos públicos ou em papéis com grau de investimento, que

oferecem retorno próximo aos dos títulos soberanos, tiveram entrada líquida de R\$ 1,540 bilhão.

Com o aumento do interesse dos investidores por crédito privado, os gestores lançaram novos produtos com esse perfil. DLM Invista, AF Invest e JGP lançaram fundos de renda fixa de crédito privado e a Vinci Partners e a CSHG estudam abrir novos portfólios.

A DLM Invista, que tem cerca de R\$ 1 bilhão em gestão de crédito privado, abriu o fundo DLM Premium 30. A carteira tem carência para resgate de 30 dias e tem como meta uma rentabilidade em torno de 115% do CDI. "Temos observado um aumento da demanda por crédito privado e da tomada de risco como um todo", diz Marcelo Domingos, sócio e gestor da DLM Invista.

A gestora foca em papéis de crédito privado com rating mínimo de grau de investimento e também tem comprado cotas de fundos de fundos de recebíveis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - com garantias.

A AF Invest também lançou um fundo neste ano com prazo de carência de 30 dias. A gestora já conta com uma captação líquida de R\$ 700 milhões em 2018.

A gestora tem R\$ 2,6 bilhões sob gestão em dois fundos de crédito privado distribuídos no mercado e em carteiras exclusivas dos clientes da área de gestão de fortunas. "A queda de juros, aliada à redução da atuação do BNDES, criou um ambiente favorável para as empresas emitirem mais títulos, gerando oportunidade para os fundos de crédito", diz Pedro Sternick, sócio responsável pela gestão dos investimentos da AF Invest.

Ele pondera, contudo, que a disputa eleitoral pode influenciar o volume de emissões. "O cenário político pode esfriar as emissões se não vier um candidato com um perfil pró-reforma." O gestor tem preferido investir em crédito de empresas dos setores com maior previsibilidade de fluxo de caixa, como o de energia elétrica e saneamento. "Não gostamos muito de investir em setores cíclicos, como construção civil ou açúcar e álcool, mas analisamos caso a caso", disse.

Já o gestor de crédito da JGP, Alexandre Muller, vê oportunidade de investimento em papéis de empresas de ciclo de investimento mais longo, como de construção civil, depois dessas companhias terem sofrido na crise. A gestora, que tem R\$ 1,3 bilhão sob gestão em crédito privado, lançou uma carteira no fim do ano passado para ser distribuída exclusivamente na plataforma da XP Investimentos. "Tivemos um crescimento de 30% do patrimônio nos fundos dedicados a crédito", diz Muller.

As novas emissões, no entanto, têm saído com spreads menores dado o aumento da demanda por esses ativos. Com o prêmio menor nas debêntures de empresas de primeira linha, a gestora do BTG Pactual tem buscado outros ativos, como a alocação em FIDCs e papéis de empresas estreadas no

mercado, conta Albano Franco, sócio responsável pela área de crédito da BTG Pactual Asset Management.

A gestora investiu, por exemplo, no FIDC da Light, cuja demanda por parte dos investidores chegou a R\$ 2,6 bilhões, quase o dobro do tamanho da oferta de R\$ 1,4 bilhão. A primeira série do fundo saiu com remuneração de CDI mais 1,20% ao ano e a segunda série, com retorno de 5,75% mais a variação do IPCA.

O BTG também sentiu esse aumento de demanda por fundos de crédito privado. A carteira da gestora que aloca nesses ativos teve captação líquida de R\$ 1,3 bilhão neste ano, dobrando o patrimônio, que era de R\$ 1 bilhão em dezembro.

Segundo Franco, esse portfólio teve boa performance inclusive durante a crise em 2015 e 2016. Desde o início da operação, em 2012, o fundo teve um retorno anualizado de 11,91%, contra variação de 10,60% do CDI. "O fundo se beneficiou da queda dos spreads dos papéis de crédito em função da redução de juros e da escassez de títulos bancários de emissores financeiros de primeira linha", diz Franco.

Já a Vinci Partners tem focado em fundos com horizonte de investimento de longo prazo. A gestora, por meio da Vinci Crédito, avalia, a partir do segundo semestre, levantar um novo fundo de crédito de longo prazo, caso a conjuntura de mercado permita e os investidores estiverem receptíveis. O produto seria voltado para crédito corporativo de baixo risco, com lastro em garantias reais semelhante ao fundo que a Vinci já gere atualmente, de R\$ 500 milhões com carência para resgate de 10 anos, que está em fase de desinvestimento, retornando capital aos seus cotistas.

O novo fundo teria uma meta de retorno equivalente à remuneração das Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B) que são títulos públicos atrelados à inflação - mais um spread entre 200 a 300 pontos-base e será voltado para investidores profissionais. "Enxergamos a captação de um segundo fundo como sendo um caminho bastante natural", diz Marcello Almeida, sócio da Vinci.

A gestora tem um fundo mezanino de infraestrutura de R\$ 1,2 bilhão, que compra papéis de dívida, que também está na fase de desinvestimento.

A Vinci ainda foi selecionada neste ano pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para gerir o fundo de energia sustentável de R\$ 500 milhões que tem o banco como cotista. A carteira tem prazo de investimento de 15 anos e aplicará em debêntures incentivadas de projetos de energia renovável. "O mercado de crédito é uma das classes com maior potencial de crescimento nos próximos anos se considerarmos o nível de concentração bancária que existe no Brasil", diz Marcello Almeida, sócio da Vinci Partners.

Debêntures já captaram R\$ 45,6 bilhões neste ano

Valor Econômico - 12/06/2018

Os investidores locais continuam mostrando apetite para a compra de papéis de crédito privado, mesmo em meio ao aumento do estresse nos mercados domésticos verificado na semana passada diante da incerteza com o cenário político e do ambiente menos favorável para países emergentes.

Com a redução do custo de captação, em função da queda da Selic e maior demanda do investidores, os bancos ainda estão cautelosos em ampliar as carteiras de crédito, enquanto as empresas têm ampliado a captação de recursos via mercado de capitais, aproveitando para trocar dívidas mais caras por financiamentos mais baratos. Só o volume de emissão de debêntures neste ano até maio, dobrou em relação ao ano passado, somando R\$ 45,614 bilhões.

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista (Intervias), que pertence ao grupo Arteris, concluiu ontem uma emissão de R\$ 800 milhões em debêntures.

A operação teve uma demanda de 1,5 vez o valor da oferta e chegou a R\$ 2 bilhões. "Houve uma mudança de liquidez no mercado. Gestoras de recursos que tinham porte médio cresceram e têm hoje volume grande de recursos e estão participando ativamente das ofertas", diz o superintendente de finanças e relações com investidores da Arteris, Carlos Eduardo Peschiera Simão. O executivo destaca que a maior demanda contribuiu para reduzir as taxas de retorno das emissões no processo de "bookbuilding" (coleta de intenções de compra).

A operação contou com colocação por meio de esforços restritos (instrução 476) e foi realizada em quatro séries. A primeira série, de R\$ 200 milhões e com prazo de vencimento de dois anos, saiu com uma remuneração equivalente à variação do CDI mais uma taxa de 0,47% ao ano. A segunda série, de R\$ 191,177 milhões e com vencimento de cinco anos, saiu com retorno de CDI mais 0,90% ao ano. A empresa também emitiu mais duas séries com vencimento de sete anos, uma de R\$ 126,010 milhões com remuneração equivalente à variação do IPCA mais uma taxa de 6,7621%, e outra de R\$ 282,813 milhões com retorno de CDI mais 1,35% ao ano. "As séries com prazo de vencimento de sete anos representaram mais de 50% da oferta, o que mostra uma resposta positiva do mercado", diz Simão.

Os recursos captados com a emissão serão usados para a recompra antecipada de debêntures que venciam em setembro e também para investimentos. Essa é a quinta emissão de debêntures da Intervias. A operação teve como coordenador líder o Banco BTG Pactua I.

Essa captação da Intervias teve como foco o investimento em projetos já maduros e, por isso, não contou com uma emissão de debêntures de infraestrutura. Simões, contudo, não descarta a possibilidade do grupo Arteris voltar a usar esse instrumento. "Avaliamos todas as oportunidades", diz Simões.

Com a mudança do custo de financiamento do BNDES, as captações no mercado de capitais têm saído com custo menor que o oferecido pelo banco de fomento. "O empréstimo no BNDES fica mais caro que a operação que mercado de capitais, mas tem um prazo mais longo. Por isso avaliamos a opção do BNDES para os novos projetos", diz Simões.

Rumo da Selic só será decidido na semana que vem

Valor Econômico - 12/06/2018

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, fez pequenos acréscimos no discurso que já vinha repetindo nos dias anteriores para reforçar ontem um alerta: apesar da sinalização vigente de manutenção dos juros básicos em 6,5% ao ano, a decisão será tomada apenas na reunião da próxima semana do Comitê de Política Monetária (Copom).

Em discurso em evento do Goldman Sachs, Ilan repetiu o que já havia falado na semana passada diversas vezes, incluindo uma teleconferência do Bradesco, na sexta-feira: "Reitero que as decisões do Copom são sempre tomadas a cada reunião, o que ocorre a cada 45 dias". Mas, ontem, o presidente do Banco Central resolveu adicionar mais algumas palavras no seu discurso, avisando que "não será diferente nesse caso, a próxima decisão será tomada apenas na reunião do Copom de junho".

Em pronunciamento na semana passada, Ilan havia destacado que o "guidance" de manutenção dos juros em 6,5% ao ano em reunião do Copom na semana que vem dependeria da continuidade das condições econômicas previstas quando a sinalização foi feita, durante o encontro anterior do colegiado, de maio.

"Na próxima reunião, o comitê analisará essas condições com foco, como sempre, nas projeções e expectativas de inflação e o seu balanço de riscos", repetiu Ilan. Mas, ontem, ele acrescentou que o Copom "tomará a decisão que considere adequada naquele momento", referindo-se ao "momento" da reunião do Copom da semana que vem.

Depois do recuo recente da cotação do dólar, em virtude das intervenções mais pesadas do Banco Central no mercado de câmbio, poucos analistas econômicos acreditam que seja necessário um aperto monetário. Parece exagero, portanto, Ilan ressaltar com mais força que o "guidance" de manutenção dos juros em 6,5% ao ano está sujeito a revisão até a decisão do Copom.

O aviso, porém, parece mais um lembrete para analistas econômicos não entrarem no piloto automático durante o período de silêncio do Copom, que começa nesta semana. Ou seja, os economistas e operadores do mercado não devem deixar de atualizar seus prognósticos sobre a reunião do Copom com as novas informações que surgirem até lá apenas porque acreditam que o Banco Central deu uma indicação incondicional de manutenção dos juros. Ontem o

dólar fechou em R\$ 3,72, mas ninguém sabe com certeza a cotação que estará vigente em uma semana.

Em maio, o mercado financeiro foi surpreendido com a manutenção dos juros em 6,5% ao ano, após uma polêmica entrevista de Ilan à "GloboNews" na semana anterior à reunião do Copom. Na ocasião, o BC procurou lembrar que a sinalização de corte dos juros para 6,25% ao ano então vigente estava sujeita a revisão dependendo das condições que o Copom encontrasse na reunião. O mercado financeiro, entretanto, de forma geral entendeu que o BC havia renovado uma sinalização incondicional de estímulo monetário.

Parecer sobre teto de funcionalismo está pronto

Valor Econômico - 12/06/2018

O deputado Rubens Bueno (PPS-PR) apresentará hoje, numa comissão especial da Câmara, o parecer sobre o projeto de lei que regulamenta o pagamento de verbas acima do teto salarial do funcionalismo público - que, no governo federal, é o vencimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 33,7 mil.

Com a leitura do parecer, será aberto prazo de cinco sessões de plenário para apresentação de emendas ao novo texto, o que deve demorar mais duas semanas. Após isso, o projeto, que já foi aprovado pelo Senado, poderá ser votado pela comissão e depois pelo plenário da Câmara.

No parecer, Bueno propõe proibir que servidores públicos vendam mais de 30 dias de férias (o que afetará juízes, que além das férias têm períodos de recesso), cortar o auxílio-moradia, incluir os honorários de sucumbência no "abate teto" e descontar os jetons de ministros por participarem de conselhos de empresas públicas. Ficariam de fora do corte auxílio alimentação, auxílio transporte, hora extra, auxílio creche, adicional noturno, auxílio funeral e férias.

Segundo o relator, a aprovação permitirá economia anual de pelo menos R\$ 2,3 bilhões - R\$ 1,16 bilhão com auxílio moradia e R\$ 1,15 bilhão com a restrição a venda de férias. O número deve ser ainda maior, afirmou, com cortes em outras despesas que são mais difíceis de estimar.

Caso aprovado, o gestor público que descumprir as regras e autorizar "penduricalhos" nos salários poderá ser punido com detenção de dois anos a seis anos.

Fazenda já admite perda de R\$ 15 bi com greve

Valor Econômico - 12/06/2018

A equipe econômica considera provável que os impactos diretos da paralisação dos caminhoneiros sobre a atividade fiquem na casa dos R\$ 15 bilhões (ou 0,2% do PIB, aproximadamente), como apurou o Valor, considerando apenas o impacto na parada da produção, sem estimar efeitos mais subjetivos

decorrentes da deterioração das expectativas e índices de confiança. Integrantes do governo, como o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o presidente do IBGE, Roberto Olinto, admitiram ontem que o crescimento deste ano deve ser menor que o previsto, mas evitaram fazer estimativas.

O cálculo do prejuízo de cerca de R\$ 15 bilhões foi exposto ontem no Prisma Fiscal, encontro trimestral entre membros da Fazenda e economistas do setor privado, na sede do ministério em São Paulo. O teor da reunião foi confirmado por três participantes que pediram anonimato.

Segundo os relatos, o secretário de Política Econômica, Fabio Kanczuk, afirmou que a Fazenda usou diversas metodologias para estimar os impactos da greve. A que indicava um prejuízo de cerca de R\$ 15 bilhões parecia a mais correta. É um número menor do que as estimativas que vêm sendo divulgadas por instituições financeiras e consultorias. O cálculo, porém, leva em conta principalmente o que foi perdido de produção e não contempla impactos da crise sobre a confiança de empresários e planos de investimento.

Boa parte do setor privado está pessimista não só com os impactos da paralisação mas também com o ritmo de retomada da atividade e as turbulências recentes do mercado financeiro. De acordo com um dos analistas, ainda não está totalmente claro quanto as revisões recentes para baixo do PIB foram influenciadas pela paralisação e quanto pela própria frustração com a retomada.

Kanczuk, segundo um dos participantes do evento, afirmou que não vê tamanha piora dos fundamentos econômicos que justifiquem as turbulências da semana passada e que acredita em alguma melhora das condições financeiras no futuro.

À tarde, Guardia sinalizou que é possível que o PIB de 2018 seja revisado para baixo na próxima divulgação da programação orçamentária e financeira. Questionado sobre o assunto após o evento em São Paulo, o ministro não descartou a hipótese. "Pode, pode ser", disse. "A gente revê a previsão a cada dois meses quando a divulgamos a programação orçamentária e financeira. Vamos continuar fazendo isso. Quando a gente faz a revisão, reprojeta receita e despesa para o ano, e nós sempre divulgamos uma nova grade de parâmetros. Isso é o que a gente sempre fez. Esse processo de revisão é contínuo. A cada dois meses temos isso atualizado e evidentemente levamos em consideração as últimas informações disponíveis", disse. Guardia também participou da reunião do Prisma.

Atualmente, o governo prevê crescimento de 2,5% em 2018. Já o relatório Focus, do Banco Central, apontava ontem que a mediana das estimativas dos economistas do mercado financeiro para o produto caiu de 2,18% para 1,94%.

"Vamos esperar uma próxima revisão e vamos divulgar um número. O que não quero é a cada semana sair com novas projeções de crescimento. Temos um processo organizado que é reprojeter receitas e despesas e isso exige um

cenário macroeconômico. Então me parece muito adequado fazer isso a cada dois meses e é o que vamos continuar fazendo", disse Guardia.

Olinto, do IBGE, afirmou que a greve vai afetar negativamente o PIB do segundo trimestre de forma ainda "não quantificável". Durante coletiva na sede do órgão, no Rio, ele criticou as projeções de analistas, as quais considera "pouco científicas".

"Você tem economistas falando que é só tirar o equivalente ao PIB de um mês do trimestre e esse é o prejuízo. É bastante perigoso esse tipo de lógica. Uma greve desse tipo não dá para fazer projeção de que vai ser assim ou assado, porque tem 'n' alternativas", afirmou.

O presidente do IBGE disse que a paralisação gera impactos via, por exemplo, a deterioração de mercadorias perecíveis, como alimentos, hortaliças e leite. "Já o que foi entregue atrasado, você recupera a receita. Neste caso, podemos ter simplesmente um ponto fora da curva e depois uma estabilização", disse.

Não existe nenhuma evidência até o momento de que a greve dos caminhoneiros "matou" um mês inteiro de atividade econômica, disse.

"É inegável que houve uma crise de oferta. O país vai vivendo um semestre eleitoral, o que cria instabilidades. Você tem nesse momento eleitoral uma série de previsões que não são das mais científicas, que têm outros interesses", disse, sem especificar as fontes dessas projeções e quais seriam seus interesses.

Para Olinto, a preocupação é medir corretamente o que aconteceu na greve, o que deixará o IBGE "mais atento na observação e crítica dos dados" de suas pesquisas. "Você tem problema de distribuição de gás, que não foi recuperado. Mas perecíveis e legumes foram regularizados razoavelmente. Se vai ter um impacto de mais longo prazo ou de curto prazo é o que estamos preocupados e acompanhando."

Estados e DF vão ao STF cobrar R\$ 20 bi do governo federal

Valor Econômico - 12/06/2018

Governos de 22 Estados e do Distrito Federal levaram ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de cobrança para que a União repasse aos governos recursos da arrecadação de contribuições sociais. Só em 2017 o valor devido chegou a R\$ 20 bilhões, segundo o governo de Minas Gerais, que liderou a iniciativa.

Os Estados querem a apuração do valor que deixou de ser repassado nos últimos cinco anos e propõem que a quantia seja abatida das dívidas com a União.

Em abril, o governador de Minas e candidato à reeleição, Fernando Pimentel (PT), encaminhou ao presidente Michel Temer (MDB) um primeiro pedido de repartição dos valores. O argumento é que a União vem violando o princípio federativo ao limitar que Estados e municípios tenham acesso a uma parcela mais ampla da receita tributária federal.

O que foi protocolado ontem no STF pelo governo de Minas, e seguido pelos demais, foi uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contra a União. Os Estados reivindicam que a União repasse a eles 20% da parcela relativa aos recursos da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

A DRU é um mecanismo que permite ao governo federal ficar com a arrecadação de contribuições sociais, como Cide e PIS/Cofins, sem compartilhar com Estados.

Valores arrecadados por meio de IPI e Imposto de Renda são partilhados com Estados e municípios. "O problema é que, ao longo do tempo, a União expandiu as contribuições, que não são partilhadas, enquanto houve certa uma estabilização dos recursos partilhados, referentes ao IPI e ao Imposto de Renda", disse Rogério Gallo, secretário de Fazenda do Mato Grosso.

Apenas São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Alagoas não abraçaram a arguição, disse Onofre Batista Júnior, advogado geral de Minas Gerais. Alagoas, segundo ele, vai entrar.

A demanda ao STF é uma tentativa de reverter a concentração de receitas da União e a descentralização de gastos, disse Batista. "Exemplo da centralização é o que a União faz com as contribuições sociais, que permite que 70% do total do bolo tributário do país hoje fique com a União", disse ele. Ao mesmo tempo, Estados passaram a assumir mais gastos. Batista Júnior cita o caso do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele afirma que, quando o sistema foi criado 80% das despesas eram da União e hoje são apenas 40%.

Para o advogado geral do Pará, Ophir Cavalcante Júnior, a decisão de recorrer ao STF procura barrar "manobras pouco ortodoxas" da União para garantir mais recursos para ela em detrimento dos Estados. "No Brasil, a federação é um arremedo, é apenas uma fachada", critica.

Criminalidade custa 4,38% do PIB, aponta estudo

Valor Econômico - 12/06/2018

Um estudo divulgado ontem pelo governo mostra que os custos da criminalidade no Brasil, equivalem a 4,38% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 285 bilhões, nos últimos 20 anos. Os dados foram apresentados em solenidade no Palácio do Planalto, em que o presidente Michel Temer anunciou mais recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública, conforme antecipou o Valor, e sancionou a lei que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O levantamento produzido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, revela um aumento de 4,5% dos gastos totais da criminalidade de 1996 a 2015. Essas despesas cresceram de R\$ 113 bilhões em 1996 para R\$ 285 bilhões em 2015.

Segundo o relatório, os custos do setor privado subiram de R\$ 63 bilhões em 1996 para R\$ 149 bilhões em 2015, enquanto os do setor público cresceram de R\$ 49 bilhões para R\$ 135 bilhões no período. Esses gastos remontam a segurança pública e privada, encarceramento, danos materiais e seguros, perda produtiva, processos judiciais e serviços médicos e terapêuticos.

O estudo ainda destaca que a criminalidade impõe perdas diretas na capacidade produtiva por causa da redução da força de trabalho. Isso porque os homicídios de jovens na faixa etária dos 13 aos 25 anos de idade equivalem a uma perda da capacidade produtiva por morte equivalente a atuais R\$ 550 mil ao ano.

O valor total anual da perda da capacidade produtiva subiu de R\$ 18 bilhões em 1996 para R\$ 26 bilhões em 2015. O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que uma parcela dos recursos das loterias federais, antes destinados aos esportes, serão remanejados para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Para este ano, o fundo tem um orçamento autorizado de R\$ 817,2 milhões, sendo que já foram aplicados R\$ 122,4 milhões - apenas 15% em quase seis meses. Os dados foram obtidos para o Valor pelo portal Contas Abertas. Para 2019, a previsão é de que esse valor suba para R\$ 1,7 bilhão, chegando a R\$ 4,3 bilhões em 2022.

O Sistema Único de Segurança Pública vai assegurar, pela primeira vez, a integração da inteligência policial e o desenvolvimento de operações conjuntas de combate à criminalidade. Poderão atuar de forma conjunta a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, e as polícias civil e militar dos Estados.

Justiça decidirá tabela de frete

O Globo - 12/06/2018

O impasse na definição do preço do frete do transporte rodoviário de carga no país foi parar na Justiça. Até ontem, a medida provisória que determina a fixação do valor mínimo para o serviço já era questionada em ao menos 30 ações judiciais, segundo levantamento da Advocacia-Geral da União (AGU). A maior parte delas sustenta que a decisão do governo é inconstitucional, por ferir a liberdade de mercado, como afirmam advogados. Ainda que seja efetivado, o tabelamento, na avaliação de especialistas, não irá funcionar, e o ambiente de insegurança para os negócios persistirá. A movimentação de carga está travada em diversos setores há 11 dias, superando o período de paralisação dos caminhoneiros. Os efeitos na economia são generalizados,

impactando de eletroeletrônicos a frigoríficos, passando pela indústria têxtil e o agronegócio.

Os caminhoneiros, por sua vez, prometem insistir na manutenção do benefício, ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare que este é inconstitucional. Dirigentes da categoria já falam em novas estratégias do movimento e não descartam outra paralisação se a medida for barrada na Justiça. Na noite de ontem, lideranças dos caminhoneiros autônomos fecharam um pré-acordo para uma terceira versão da tabela de frete com parte do agronegócio. Os termos da proposta, porém, ainda têm de ser apresentados hoje a outros segmentos industriais.

— A medida provisória que tabela o frete representa intervenção do Estado na economia de forma direta e indevida por fixação do preço, ferindo os princípios do livre mercado. Não se pode atuar dessa forma para atender a demandas de um determinado setor da economia em detrimento de outros — diz Fabrício Cardim, advogado especializado em direito da concorrência e sócio do escritório Souza, Mello e Torres, alertando para o risco de estímulo a condutas como a formação de cartel.

CAMINHONEIROS DEFENDEM TABELA Leonardo Duarte, sócio da área concorrencial e antitruste do Veirano Advogados, lembra que o governo tem a prerrogativa de regular determinados mercados, mas frisa que o de transporte rodoviário de carga não é um deles:

— É uma violação clara à livre concorrência. Cria um ambiente de muita insegurança jurídica, que deve persistir. Vamos ver o que o Supremo vai dizer. O governo deveria ter pedido o posicionamento da Seprac (Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência, ligada ao Ministério da Fazenda).

Segundo auxiliares do presidente Michel Temer, o governo ficou de mãos atadas e passou a apostar em um acordo entre empresários e caminhoneiros para montar uma tabela de preços factível.

Líderes dos caminhoneiros têm conversado com a ANTT desde a semana passada. Ontem, haveria uma nova rodada de conversas, mas os caminhoneiros não foram ao órgão e optaram por reuniões isoladas.

O presidente da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam), José Araújo Silva (China), ressaltou que os motoristas não aceitam uma nova planilha que reduza o preço do frete. Ele lembrou que a categoria luta por essa política há 15 anos:

— A oportunidade é agora. O preço mínimo do frete é mais importante do que a redução no diesel. Se mudar, não vamos ficar parados. Os advogados do governo não levaram essa questão da inconstitucionalidade na hora do acordo.

A assessoria da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) informou que a entidade não quer ficar dependendo da ANTT e contratou uma empresa independente para elaborar nova tabela, que seja um meio termo.

Já o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse ontem que a decisão de determinar um piso para o frete “pode afetar negativamente quem acha que pode se beneficiar, que são os caminhoneiros”:

— É uma discussão importante e complexa, que temos de fazer com serenidade.

Especialistas dizem ser impossível tabelar preços em um setor tão heterogêneo, em que o cruzamento de quatro fatores deveria ser levado em conta: trajeto, produtividade, tipos de carga e de veículo.

— Tabelar o frete seria como usar o PIB per capita de São Paulo como referência para um salário mínimo nacional. É uma irresponsabilidade do governo. Ainda que o estudo não tivesse qualidade ruim, seria preciso criar quantas tabelas diferentes para a medida funcionar? — questiona Maurício Lima, sócio-diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos).

Para Roberto Giannetti da Fonseca, presidente da Kaduna, consultoria especializada em comércio exterior, regular o preço do frete como a ANTT está propondo é “uma utopia”.

— É claro que esse tabelamento não vai funcionar. Quem vende frete vai passar a oferecer desconto para que contratem seu serviço. Sem contar que, na portaria da ANTT, eles se esqueceram de revogar a lei de mercado. Sem revogar, não funciona tabelamento.

SETOR TÊXTIL PODE SUBIR PREÇOS EM 5% O número de ações judiciais pedindo a revogação da tabela vai crescer. A Aprosoja Brasil, que reúne os produtores de soja, prepara-se para recorrer à Justiça. A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) também questionam a medida. Já entraram com uma impugnação da tabela junto à ANTT e iniciarão ação civil pública na Justiça, pedindo a revogação da medida.

O impacto da insegurança jurídica é generalizado. Jorge Júnior, presidente da Eletros, que reúne os fabricantes de eletroeletrônicos, conta que o impasse já causa paralisia em algumas fábricas. Segundo ele, o ideal seria que os contratos voltassem a ser negociados livremente. Mas, se houver tabelamento, defende preços menores:

— Não é só a indústria ou a agroindústria que são afetadas. A entrada de material, a saída de produto acabado e o transporte ao varejista, também. Temos empresas que estão com seus produtos estocados aguardando uma próxima tabela. Em alguns casos, o frete chega a ser inviabilizado. Imagina ter um custo que sobe 150% da noite para o dia?

Na indústria têxtil, a incerteza também é grande, segundo Fernando Pimentel, presidente da Abit, que representa o setor.

— Paralisar totalmente, não, mas está dando muito trabalho. Tabela é anacronismo. Nunca funcionou — critica Pimentel, que calcula em 5% o aumento do preço para o consumidor por causa dos custos com frete.

Célio Morales, da transportadora Trans Morales, de Colina (SP), atende a duas empresas. Só uma continua despachando.

— (A tabela) corrigiu bastante os valores, que já estavam defasados. Se todo ano tivessem subido um pouco, hoje estaria no valor que foi definido agora. As empresas têm chiado — afirma Morales, que trabalha com o frigoríficos.

Já Ivan Mota, da Vale Logística, de Laranjeiras (SE), que trabalha com transporte de adubo, relata que não pega um frete sequer desde o fim de maio:

— Estamos aguardando a reunião (do governo, sobre a nova tabela) para voltar a pegar transportes.

Violência custou R\$ 450 bi ao país **O Globo - 12/06/2018**

A conta do aumento da criminalidade no Brasil nos últimos 20 anos é alta: o país perdeu mais de R\$ 450 bilhões em capacidade produtiva de 1996 a 2015, segundo estudo lançado ontem pelo governo federal. Intitulado “Custos econômicos da criminalidade no Brasil”, o documento apresenta dados do impacto socioeconômico do crime, cujo número mais recente mostra que a violência consome aproximadamente 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Apesar dos aumentos reais dos gastos públicos com a Segurança, o retorno social é limitado. No período analisado, o número de homicídios no país subiu de 35 mil, em 1996, para 54 mil casos em 2015.

— O estudo que foi apresentado traz a realidade dos últimos 20 anos, o quanto o Estado brasileiro canalizou de forma equivocada e perdeu produtividade socioeconômica. A função desse estudo, e nosso grande objetivo, é que se mude a topografia desses dados nos próximos 20 anos — disse Hussein Kalout, secretário de Assuntos Estratégicos do governo Michel Temer.

O relatório divulgado no Palácio do Planalto mostra que a maioria das vítimas de homicídios no país é de jovens e negros. Desde 1996, mais de 90% dos homicídios vitimaram homens, e mais de 70% foram de pessoas com até 34 anos. Já as comparações de cor de pele começaram a ser catalogadas de forma mais organizada a partir de 2000, diz o documento. A proporção de negros entre as vítimas de homicídios saltou de 55%, no ano 2000, para 75% em 2015.

Ainda segundo o estudo, o Brasil concentra 14% de todos os homicídios do mundo, apesar de ter população equivalente a apenas 3% do total mundial. Além disso, o Brasil integra o grupo dos 10% de países com as mais elevadas taxas de homicídio. Acompanham o Brasil no topo desta lista países como Ruanda, República Dominicana, África do Sul e República Democrática do Congo. Considerando apenas os países do continente, o Brasil é o que tem maior taxa de homicídio.

Sistema Único de Segurança

Também ontem, Temer sancionou a lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O texto, aprovado por Câmara e Senado, estabelece diretrizes para a atuação de órgãos de Segurança federais, estaduais e municipais. Farão parte do sistema, por exemplo, a Polícia Federal e as polícias civis e militares. As ações e metas do Susp serão definidas pela União num plano nacional que deve ficar pronto até o fim do ano.

Cortes na Receita **Correio Braziliense - 12/06/2018**

Um corte de R\$ 126 bilhões no orçamento deste ano da Receita Federal atinge setores responsáveis pela força tarefa da Operação Lava-Jato. Uma portaria, publicada pelo Ministério do Planejamento, no último dia 21 de maio, oficializou o cancelamento da verba que estava prevista para ser empregada em ações de fiscalização e controle, entre elas as realizadas pela área de operações especiais. Os auditores da Receita atuam em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público para desmontar esquemas de corrupção como o descoberto pela Lava-Jato.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Kleber Cabral, afirmou que as reduções no orçamento causam preocupação dentro do órgão. “O corte nesta época, em que já estamos na metade do ano, é muito expressivo para o trabalho da Receita Federal. De fato, esse valor atinge atividades na área de tributação, fiscalização. Vemos com estranheza a redução no orçamento de setores importantes, como o de operações especiais no momento político que estamos vivendo”, afirmou.

Reajuste no bolso do servidor **Correio Braziliense - 12/06/2018**

Enquanto o projeto de reforma da Previdência está enterrado no Congresso, e as contas públicas são reajustadas para bancar a diminuição do imposto no diesel, servidores públicos ganham aumentos. Ontem, ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) concederam reajuste de salários e benefícios a funcionários de quatro estatais. A decisão foi tomada na Seção Especializada em Dissídios Coletivos da Corte. Os índices aplicáveis ficaram em torno de 4%

e terão impacto de pelo menos R\$ 140 milhões — caso somados, podem chegar, a partir de números extraoficiais, a R\$ 500 milhões por ano.

As decisões de Justiça do Trabalho beneficiam a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em cálculo apresentado aos ministros do TST, o gasto estimado para honrar o pagamento dos aumentos de 3,98% na Valec e Codevasf é de R\$ 140 milhões.

O impacto aumentará ainda mais com o pedido de pagamento retroativo referente a 13 meses de salário e dos benefícios. Na Embrapa, por exemplo, até o café de manhã que é oferecido aos servidores é pago com dinheiro público. A verba sai dos cofres do governo federal, responsável pela manutenção da folha de pagamento das estatais em questão.

Para o presidente do TST, ministro João Batista Brito Pereira, o dissídio é procedente, e inclui atualização salarial, de auxílio-alimentação e de auxílio-refeição, assistência saúde e auxílio materno-infantil. Sindicatos alegam que o aumento “é direito do trabalhador”.

Como a lei não permite a indexação de aumentos maiores que o INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor —, os reajustes concedidos às estatais foram fixados em 3,97% para a Embrapa e a Codevasf e em 3,98% para a Valec e a CBPU. Em sustentação oral, a defesa de Embrapa discordou dos valores apresentados.

“É necessário fazer agradecimento ao empenho do TST na tentativa de fazer interlocução para se conciliar o assunto, mas a proposta foi rejeitada pela maioria maciça dos sindicalizados. Dependente do Tesouro Nacional e da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Aliado a isso, tivemos um corte no orçamento de R\$ 3,9 milhões em razão da greve dos caminhoneiros. Assim, a empresa quer reiterar os termos da contestação apresentada”, afirmou Horácio Eduardo Gomes Vale, advogado da Embrapa.

Para o especialista em Direito do Trabalho, Marcelo Gomes de Faria, do escritório Tozzini Freire Advogados, não está na hora de conceder aumento aos servidores. “Infelizmente, não é o momento. Entende-se que o pleito da categoria não se mostra adequado durante o período econômico que vive o país. Além do arrocho fiscal e das limitações financeiras, temos que observar o teto de gastos. A União trouxe uma proposta de não haver aumento. Como vimos no julgamento, não foi o que prevaleceu”, detalhou o advogado.

Crédito maior para servidor

Correio Braziliense - 12/06/2018

A Caixa Econômica Federal anunciou, ontem, o aumento da cota de financiamento de imóveis usados para servidores públicos com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O limite passou de 70% para 80% do valor do imóvel para contratos novos. O aumento da cota de financiamento faz parte de uma estratégia da instituição que visa beneficiar o segmento de clientes com baixa inadimplência e relacionamento de longo prazo com o banco.

A Caixa possui atualmente R\$ 43,2 bilhões em contratos com servidores públicos em todo o país. Segundo o presidente da estatal, Néelson Antônio de Souza, a mudança vai facilitar o acesso do servidor público à casa própria e contribuir para estimular o mercado imobiliário. “Antes, reduzimos a taxa de juros dos imóveis, agora, estamos oferecendo para os clientes que possuem a menor inadimplência da nossa carteira, os servidores públicos, condições ainda melhores para a compra do imóvel usado”, explicou, em nota.

Em abril, o banco reduziu em 1,25 ponto percentual as taxas de juros do crédito imobiliário. As taxas mínimas passaram de 10,25% para 9% ao ano no caso de financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e de 11,25% para 10% no caso de operações do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), voltado para imóveis de maior valor. O banco também elevou o limite da cota de financiamento de imóveis usados para pessoas físicas em geral, de 50% para 70%.

De acordo com o presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal, Paulo Muniz, a medida é muito bem-vinda para o segmento. “O mercado está carente de financiamento, então, o aumento da cota vai movimentar a compra e a venda de imóveis” afirmou. “É igual a compra de um carro. Quando eu tenho a oportunidade de financiar um automóvel usado, estou ajudando o vendedor na possível compra de um novo”, acrescentou.

Bloqueio

Para Muniz, a ampliação das políticas de financiamento de imóveis está ajudando o mercado a se recuperar da situação difícil que viveu nos últimos anos. “No ano passado, o mercado teve muita dificuldade para contratar financiamentos. A falta de uma política estabilizada de oferta prejudicou o empresário que queria lançar novos empreendimentos”, afirmou Muniz. “O mercado está debilitado. Apesar do aumento populacional, que ajuda a procura por casas e apartamentos, ainda existe um bloqueio em políticas de incentivo ao financiamento imobiliário”, destacou.

BC vê crescimento abaixo de 2% no ano

Correio Braziliense - 12/06/2018

O Banco Central (BC) reduzirá a expectativa de crescimento da economia brasileira em 2018 quando divulgar o próximo Relatório Trimestral de Inflação (RTI), em 28 de junho. A estimativa encolherá dos atuais 2,6% para algo entre 1,5% e 2%. A greve dos caminhoneiros, as incertezas eleitorais e a piora do ambiente internacional foram os principais fatores que influenciaram a equipe de Ilan Goldfajn a decidir alterar a projeção.

Diretores do BC têm sido bombardeados com más notícias nas conversas que têm mantido com economistas de mercado para elaborar o relatório. Além da atividade mais fraca, especialistas ressaltam que a inflação deste ano e a do próximo serão mais alta que o previsto, reflexo, sobretudo, da recente disparada do dólar e dos estragos provocados pela paralisação dos caminhoneiros.

Para se ter uma ideia, a mediana das expectativas dos economistas para o PIB, contida no relatório semanal Focus, divulgado ontem, aponta que a economia registrará um tímido crescimento, de 1,94%, neste ano. Essa é a sexta redução consecutiva e a primeira vez que os analistas apontam que o PIB crescerá menos de 2% neste ano. Apesar da mudança nas projeções, o BC não jogará a toalha.

Na avaliação de analistas que têm canal direto com a equipe de Ilan, o Brasil sofre por ter um governo que perdeu a capacidade de articulação com o Congresso Nacional para aprovar propostas de reequilíbrio das finanças públicas. Por isso, o trabalho da autoridade monetária para manter o mínimo de ordem da economia será maior.

Havia bem pouco tempo, mesmo ciente das fragilidades do governo, o mercado mantinha uma postura complacente. Depois da greve dos caminhoneiros, essa postura se esvaiu, o dólar disparou e a bolsa de valores derreteu.

A redução da mediana das expectativas do mercado para o PIB já era esperada e ocorreu após as principais instituições financeiras do Brasil tomarem a iniciativa, na semana passada. Os dois maiores bancos privados do país, Bradesco e Itaú Unibanco, estão no grupo dos que esperam um crescimento menor que 2%.

O diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa, estima que o Produto Interno Bruto (PIB) terá alta de apenas 1,5%. Barbosa ressaltou que maio foi caracterizado por volatilidade significativa dos preços de ativos domésticos e externos. “O cenário econômico segue volátil, mas acreditamos que ainda persistem fundamentos mais positivos do que negativos”, afirmou.

Já o economista-chefe do Itaú, Mário Mesquita, projeta que a geração de riquezas no país vá crescer 1,7%, e que a inflação registrará alta de 3,8%. “O cenário é crescentemente desafiador”, afirmou.

Fragilidade

A economista-chefe da Rosenberg Associados, Thaís Marzola Zara, ressaltou que uma sucessão de fatos impactou as previsões de crescimento da economia a curto prazo. Segundo ela, a greve dos caminhoneiros, que levou o governo a acatar todos os pedidos da categoria, mostrou fragilidade do Executivo. Além disso, o controle de preços de combustíveis afugentou investidores.

Além disso, Thaís ressaltou que a incerteza sobre os rumos do governo a partir de 2019 deixa analistas preocupados. “O pulso do país nas últimas semanas indica elevação do risco ao cenário político. A subida da pressão revela a indisposição do eleitor à agenda de reformas, tão necessária à retomada da tendência de recuperação econômica”, destacou.

Três cenários para a economia

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, apresentou ontem três cenários para a economia nacional. Se tudo der certo e o próximo governo concluir as reformas estruturais, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficará, em média, em 3,86%, em 2031, a trajetória da dívida pública, prevista para 77,7%, em 2019, despencaria para 34%. Com a manutenção do teto de gastos, mas sem reformas estruturantes, o déficit primário perduraria por 12 anos, com superavit apenas em 2025. E a trajetória de dívida bruta bateria, em 2031, nos 96,2% do PIB, com esse se mantendo na média de 1,3% ao ano a partir de 2021 até 2031. Na terceira estimativa, com continuidade do teto de gastos e algumas reformas, o governo central teria superavit em 2023, com endividamento de 73,6%, em 2031, e crescimento médio do PIB de 2,3% ao ano.

Governo tentará reduções pontuais e deve ceder para evitar novo impasse

DCI - 12/06/2018

O governo do presidente Michel Temer vai tentar nesta semana fechar acordo com os principais representantes dos caminhoneiros para reduções pontuais na tabela de fretes. Sem opções nem apoio, está disposto a ceder para evitar novo impasse, mesmo que continue desagradando ao setor produtivo, principalmente o agronegócio e a indústria.

Coordenador das negociações, o ministro-chefe da Casa Civil Eliseu Padilha recebeu a missão de evitar a qualquer custo outra paralisação nacional capaz

de comprometer mais a governabilidade nos seis últimos meses da gestão Temer.

Recados com esse tom foram enviados pelo Palácio do Planalto, por meio do ministro dos Transportes, Valter Casimiro Silveira, aos representantes das principais entidades que apoiaram a recente greve: a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) e a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam).

O tabelamento do frete foi uma das reivindicações de caminhoneiros, mas que desagradou os segmentos do agronegócio e da indústria. As conversações a respeito de uma terceira versão da tabela de frete com menor redução começaram na última sexta-feira (8), um dia após o governo federal anunciar que a segunda versão, publicada na véspera, seria suspensa.

Tabela com estudo

Um especialista em contas públicas foi contratado pela Abcam para rever os cálculos do governo e identificar falhas na futura tabela. Segundo a assessoria da entidade, a redução de 20% no valor do frete, como era previsto na segunda tabela, não será aceita. “O que será feito são apenas algumas modificações que prevejam todos os tipos de caminhão, bem como a medição da quilometragem em distâncias menores”, afirmou o presidente da Abcam, José da Fonseca Lopes.

Esse deve ser o perfil de uma nova tabela, que será proposta pela entidade para substituir as duas anteriores, invalidadas por pressão da categoria. Fonseca Lopes não deu detalhes sobre como será esse trabalho nem deu o nome do especialista contratado. Nem ele nem o presidente da CNTA, Diomar Bueno, participaram ou enviaram representantes à reunião de ontem (11) convocada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e que acabou não acontecendo.

As lideranças dos caminhoneiros preferem voltar a negociar com uma nova proposta, com base nesse estudo encomendado para detalhar os custos dos fretes rodoviários. Há disposição deles em manter o canal de negociação com o governo. O diálogo se justifica pois o compromisso de redução do preço do óleo diesel está sendo cumprido, de acordo com o relatos dos representantes estaduais do movimento.

Situação ingovernável

O professor William Vella Nozaki, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), afirmou ao DCI que o governo fez a aposta errada na questão do frete e está em um labirinto porque as alternativas incluem graves prejuízos a diversos setores da economia. “A dificuldade na negociação demonstra que o diagnóstico feito pelo governo, do ponto de vista político e econômico, estava errado desde o princípio”, disse.

Segundo o especialista, sem alterar a política de preços da Petrobras, “o governo vai enxugar gelo e colocar as contas públicas, já combatidas, numa situação mais delicada, mantendo o governo sob pressões de setores que deixam a situação ingovernável”.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado, Felipe Salto, apontou que, depois da redução do diesel, o governo ficou com pouca margem para dar novos subsídios aos setores e deixará ao próximo governo o desafio de manter essa política sem ferir a meta fiscal de 2019 - R\$ 139 bilhões. Pelas contas da Instituição, o custo com os subsídios ao diesel até dezembro será R\$ 1,2 bilhão a mais do que os R\$ 13,5 bilhões previstos inicialmente.

Obras públicas geram retomada de demanda **DCI - 12/06/2018**

Apesar da retomada lenta do setor de infraestrutura, empresas relatam aumento de demanda, especialmente de obras públicas. Principais movimentações decorrem de projetos de iluminação, transporte e óleo e gás.

“No Brasil, há uma grande demanda por infraestrutura. Já estão ocorrendo aportes no mercado de energia e vemos uma retomada dos investimento de concessionárias”, afirma o diretor presidente da Nexans no País, Thierry Costerg.

O executivo conta que a Nexans, multinacional francesa especializada em cabos e soluções, prevê uma recuperação em 2018, após dois anos de crise, muito em função do setor de infraestrutura. “Temos perspectiva de crescimento de 5% neste ano e de 10% para 2019 e 2020.”

Entre os novos projetos, Costerg destaca o Parque Solar de Ituverava. Inaugurado ano passado na Bahia, é um dos maiores da América Latina. “Estão ocorrendo grandes investimentos neste tipo de matriz. Isso gera demanda de cabos e acessórios para os projetos.” Além do setor de energia, a Nexans nota movimentação no segmento de exploração de petróleo. “Fornecemos cabos para a atividade de prospecção de áreas produtivas. Também há perspectiva de novas plataformas, em consequência das recentes rodadas de leilões.” O executivo conta que as exigências de conteúdo local chegaram a preocupar a empresa, que espera uma maior flexibilização das regras. “Alguns desses cabos e componentes são fabricados pela nossa empresa na Noruega. A Petrobras chegou a bancar a multa para violar essas regras, por uma questão de competitividade.” Um dos principais projetos que a Nexans está envolvida atualmente é o Amazônia Conectada. Desenvolvido pelo Exército Brasileiro, o programa está instalando cabos de fibra ótica em regiões mais remotas do estado do Amazonas. “Já foram três trechos implementados, mais de mil quilômetros de cabos sob o leito de rios”, explica Costerg.

Política e eleições

O vice-presidente do grupo Unicoba, Daniel Neiva, avalia que em 2018 há uma maior demanda por projetos de iluminação pública. “A responsabilidade por esse tipo de obra é das prefeituras. O ano passado foi o primeiro das novas administrações após as eleições. Geralmente nesse período são feitos apenas ajustes no orçamento. A partir do 2º ano, começam as licitações. Então está havendo uma demanda grande do setor público, especialmente na migração para lâmpadas LED.”

Em 2017, a empresa faturou R\$ 500 milhões, dos quais 40% correspondem à iluminação. Primeira fabricante de LED da América Latina, fornece lâmpadas para duas das maiores Parcerias Público-Privadas (PPPS) de iluminação em implantação no País, em Mauá (SP) e Belo Horizonte (MG). “Essa migração para LED está ocorrendo mais rapidamente no setor público do que nas indústrias. Existem PPPs bem avançadas e a procura é grande, por questão de economia e segurança”, explica Neiva.

O engenheiro de projetos e construção da EDP Brasil, Tiago Roberto Barbosa, conta que a demanda de governos estaduais sofreu um impacto devido ao ano eleitoral. “Projetos do poder público estão atrelados a prazos e variáveis como as eleições, que reduzem o tempo de execução”, declarou no Fórum Redes Subterrâneas de Energia Elétrica, realizado em São Paulo nesta segunda-feira (11). De acordo com a legislação, é vedado o comparecimento de candidatos em inaugurações de obras públicas nos três meses anteriores à eleição, o que neste ano corresponde ao dia 07 de julho. A EDP Brasil, empresa do setor de energia, participou da construção da Linha 13-Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, que liga a malha ferroviária ao Aeroporto de Guarulhos. O ramal foi inaugurado em abril, poucos dias antes da renúncia do governador Geraldo Alckmin, que pretende disputar o pleito presidencial em outubro.

Mercado piora projeções para inflação e atividade econômica

DCI - 12/06/2018

O mercado financeiro piorou ainda mais as previsões para a inflação e para a economia neste ano, mostrou ontem o relatório Focus divulgado pelo Banco central (BC).

No documento desta semana, os analistas consultados pela autoridade monetária aguardam que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) termine 2018 em 3,82%, enquanto que na pesquisa anterior a expectativa era de 3,65%. Foi a quarta alta consecutiva dessa projeção.

Essa revisão veio após a divulgação do avanço de 0,4% do IPCA em maio, com reflexo da recente greve de 11 dias dos caminhoneiros, além do aumento na conta de luz, e a perspectiva de que as manifestações continuem a impactar preços nos próximos meses.

Inclusive, para o fechamento de 2019, a estimativa de inflação subiu de 4,01% para 4,07%, da semana passada para essa, a segunda revisão desse tipo seguida.

A deterioração das previsões, também reflexo do ambiente de incertezas após a greve e com a aproximação das eleições, ocorreu com relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Para 2018, a projeção de crescimento passou de 2,18% para 1,94% (sexta queda consecutiva) e, para 2019, houve a primeira alteração negativa na perspectiva do mercado: de +3% para +2,80%.

Do lado da oferta, os analistas revisaram de 3,80% para 3,51% a expectativa de expansão da produção industrial e, de 3,50% para 3,20%, para o acumulado do ano que vem.

Ainda ontem, o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roberto Olinto, confirmou que a greve dos caminhoneiros prejudicou a atividade econômica no segundo trimestre. Mas, segundo ele, ainda não é possível precisar o tamanho da repercussão da paralisação.

Neste ambiente, e esclarecido pelas argumentações do presidente do Banco Central (BC), o mercado observa que não haverá alteração na taxa de juros, a Selic, até o final deste ano – atualmente em 6,5% ao ano. Mas essa taxa subirá para 8% no término de 2019.

Além disso, mesmo com as variações da cotação do dólar nos últimos dias, os economistas mantiveram a previsão, nesta semana comparada a anterior, de que o câmbio fechará, tanto 2018 quanto 2019, em R\$ 3,50 por dólar.

O lado um pouco mais positivo é do saldo da balança comercial, cuja estimativa subiu US\$ 57 bilhões para US\$ 57,15 bilhões, para este ano, e de US\$ 49,30 bilhões para US\$ 49,60 bilhões, para o próximo. Em 2018 até dia 10 de junho, o saldo acumula superávit de US\$ 25,088 bilhões.

Greve, eleições e Copa do Mundo podem desacelerar receita de ICMS

DCI - 12/06/2018

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços (ICMS) cresceu acima da inflação até abril em 19 estados de uma amostra de 20 unidades federativas (UFs). A receita foi puxada, principalmente, pela alta dos preços dos combustíveis no período.

Contudo, os reflexos da greve dos caminhoneiros, o período dos jogos da Copa do Mundo e o processo eleitoral podem provocar desaceleração no ritmo de expansão da arrecadação estadual, avaliam especialistas.

Entre janeiro e abril deste ano, 20 estados conseguiram recolher R\$ 115,583 bilhões com a cobrança do ICMS, aumento de 5,37%, em termos reais

(descontada a inflação), ante igual período de 2017. Este foi o primeiro crescimento nesta base de comparação desde 2014, ou seja, depois de três anos.

Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), organizados pelo portal Compara Brasil, e não incluem a arrecadação do Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins, estados que ainda não informaram o desempenho tributário do segundo bimestre de 2018.

O professor do curso de Direito da FMU e especialista em ICMS, Jean Simeí, avalia que a expansão da receita estadual nos primeiros quatro meses do ano foi impulsionada mais pelo aumento dos preços dos combustíveis – em decorrência da disparada dos preços dos barris de petróleo no mercado internacional – do que pela retomada da atividade econômica.

“O consumo do combustível ficou mais caro e isso acabou provocando um crescimento no volume de arrecadação do ICMS. Os combustíveis e a energia elétrica representam 23% do total da receita do imposto”, reforça Simeí. Ele pondera que a recuperação da atividade também ajudou na alta da arrecadação, mas que não seria correto atribuir o aumento somente à dinâmica da economia, tendo em vista que o comportamento dos indicadores no início do ano foi fraco. O Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, por exemplo, cresceu 0,4%, ante uma expectativa de 1% no início de 2018.

Perspectivas

Para os próximos meses, a tendência é que a arrecadação de ICMS nos estados passe por uma desaceleração, por causa das consequências da greve dos caminhoneiros durante 11 dias de maio e ao período do processo eleitoral – que tende a retrainir mais o consumo e a produção, devido às incertezas sobre quem irá assumir a Presidência no próximo ano – avalia o presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp), Alfredo Maranca.

Ele acrescenta que a Copa do Mundo entre 14 de junho e 15 de julho também deve prejudicar a arrecadação de ICMS, já que muitos estabelecimentos param durante os jogos.

“Somente a receita de ICMS perdida nos dias de greve não se recupera mais. É como se você subtraísse alguns dias de arrecadação do mês. A gente continua tendo contas a pagar, mas com alguns dias a menos de dinheiro. Isso é muito ruim para a economia pública”, destaca Alfredo Maraca. “Além disso, a Copa do Mundo costuma ser um momento de parada”, reafirma o especialista.

Simeí, da FMU, ressalta que a turbulência política também deve continuar impactando o ritmo de recuperação da economia, podendo levar a receita de ICMS à uma estabilidade ou leve crescimento no fechamento de 2018, na comparação com o resultado tributário registrado no ano passado.

O professor da FMU comenta ainda que o subsídio do governo federal dado ao diesel – atendendo às reivindicações dos caminhoneiros – acabou onerando a gasolina, movimento que deve provocar um aumento da arrecadação de ICMS combustíveis. No entanto, a incerteza política, ao enfraquecer a atividade, arrefecerá essa alta no consolidado da arrecadação do tributária.

Na amostra com 20 estados, somente o Rio Grande do Sul (RS) apresentou recuo na arrecadação de ICMS até abril, ante iguais meses de 2017. A retração na receita foi de 1%, em termos reais, para um valor de R\$ 10,661 bilhões. Já no estado de São Paulo, as operações de circulações de bens e serviços geraram R\$ 44,156 bilhões à Fazenda estadual, o que representou um aumento de 4,78%.

O presidente do Sinafresp afirma que São Paulo deve verificar aumento real na arrecadação de ICMS este ano e que o governo estadual tem trabalhado mais intensamente na fiscalização, focando esforços na formalização de empresas.

Principais entes

A receita de ICMS também se recuperou no Rio de Janeiro – estado que, desde 2016, vem passando por uma forte crise financeira e fiscal – com intervenção federal na área de segurança pública. Até abril, o Rio arrecadou R\$ 11,892 bilhões, aumento real de 6,37% contra igual período de 2017. Já na Bahia, a receita do ICMS apresentou expansão de 5,45%, para R\$ 7,247 bilhões.

O estado de Santa Catarina, por sua vez, teve aumento de 5,32%, para R\$ 6,909 bilhões, enquanto o crescimento da arrecadação Pernambuco avançou 10% acima da inflação, para R\$ 5 bilhões. Já a cobrança de ICMS em Goiás gerou um total de R\$ 4,966 bilhões ao caixa do estado até abril, o que significou uma alta de 3,81%, ante igual período de 2017.

Medidas contra a greve criarão uma avalanche de processos

DCI - 12/06/2018

A greve dos caminhoneiros terá como efeito colateral uma avalanche de processos na Justiça, pondo em risco soluções como a tabela de preços. As medidas do governo para atender às reivindicações dos manifestantes estão altamente expostas a questionamentos.

Segundo o sócio do Porto Lauand Advogados em Direito Regulatório e de Infraestrutura, Rodrigo Pinto Campos, as medidas provisórias editadas pela administração do presidente Michel Temer para pôr fim às paralisações possuem textos que podem ser declarados inconstitucionais. No caso da MP 832, que estabeleceu um tabelamento de fretes com os preços mínimos referentes ao quilômetro rodado por eixo carregado, Campos lembra que a

tabela foi criada sem estudo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o que fere a Lei 10.233/2001.

Pelo texto da lei, cabe à ANTT a promoção de estudos aplicados “às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e os benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados”. “O governo passou por cima da regulação da agência reguladora. Não seguiu-se o rito que a legislação impunha”, afirma o advogado.

Além disso, o especialista entende que mesmo que o Planalto tivesse esperado a agência realizar um estudo aprofundado sobre o tema, a imposição da tabela fere o princípio da livre iniciativa, estabelecido no artigo 170 da Constituição Federal.

Na opinião do sócio do contencioso do Demarest Advogados, Marcelo Inglez de Souza, o tabelamento do frete limita a concorrência e é um retrocesso para o Brasil. “A situação que se tem, com uma tabela impondo custo mínimo para os fretes, vai contra os princípios da concorrência, pois no livre mercado, pode haver redução dos preços em decorrência de um aumento na eficiência de um determinado serviço”, avalia.

Inglez acredita que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deve acolher os processos de empresas que se sentirem prejudicadas pela política do Planalto, tida como intervencionista. “O estabelecimento de um preço mínimo para o frete pode fazer com que as transportadoras se acomodem”, argumenta. “Será como se todas as empresas de uma mesma indústria tivessem combinado preços. No setor privado, isso se chama cartel.”

Uma companhia salineira conseguiu uma decisão na 8ª Vara Federal do Rio Grande do Norte suspendendo a obrigação de obedecer à tabela fixada pelo governo ao firmar contrato de transporte rodoviário de carga. “Resta evidente a intervenção do governo federal na economia, no sentido de impor regulamentação ao setor de transportes de cargas rodoviário, em ofensa aos princípios e fundamentos estabelecidos na Magna Carta”, apontou o juiz Orlan Donato Rocha, no acórdão.

De acordo com Inglez de Souza, mais julgamentos como esse só não ocorreram ainda porque essas MPs estão constantemente sofrendo alterações. Na última sexta-feira (8), por exemplo, o governo federal anunciou que a segunda versão da tabela, publicada na véspera, seria suspensa após críticas de empresários de setores como o agropecuário. Com isso, na prática, voltou a valer o que estava disposto na primeira tabela.

Consequências

A greve dos caminhoneiros e seus desdobramentos também devem gerar judicialização. O sócio tributarista do CSA – Chamon Santana Advogados, Rafael Serrano, ressalta que os gastos do governo em subsídios para manter mais baixos os preços do diesel fizeram com que o Planalto buscase novas

formas de arrecadação. Uma dessas formas foi a Lei 13.670/2018, que trata da reoneração da folha de pagamentos.

“Incluiu-se um dispositivo que veda a utilização de créditos tributários antecipados mensalmente para compensar o imposto para quem opta pela declaração por lucro real”, conta. Esse mecanismo, diz o advogado, é inconstitucional, já que as empresas optaram por recolher pelo lucro real anual sem saber da alteração. “Isso fere o princípio da segurança jurídica”, conclui o especialista.

Maio registra 63 milhões de inadimplentes

DCI - 12/06/2018

O volume de consumidores brasileiros com contas em atraso e registrados em lista de devedores voltou a crescer no último mês de maio, mas desacelerou em comparação aos meses anteriores.

De acordo com dados apurados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), a quantidade de inadimplentes cresceu 2,78% no mês de maio na comparação com igual mês do ano passado.

A taxa é menor do que se comparada aos meses de março e abril de 2018, quando houve uma alta de 3,13% e 3,54%, respectivamente.

Em números, estima-se que 63,29 milhões de brasileiros estejam com o CPF restrito para fazer compras a prazo ou contratar crédito.

Funcionários da Eletrobras entram em greve

DCI - 12/06/2018

A greve de advertência de 72 horas dos empregados da Eletrobras começou nesta segunda (11) com a não rendição de turnos na parte operacional da companhia, informou o diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEI), Emanuel Mendes.

Segundo ele, 85% da força de trabalho está parada, porcentual que supera os 75% determinados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os empregados querem a suspensão da privatização da estatal e a saída do presidente da companhia, Wilson Ferreira Pinto Jr. A categoria espera também fechar o dissídio coletivo de maio, ainda sem solução após cinco reuniões com a empresa, que oferece 75% do ajuste do INPC, apesar dos ajustes serem feitos historicamente pelo IPCA. O TST concedeu liminar parcial ao governo contra a greve da Eletrobras, permitindo a paralisação, que não foi considerada abusiva, mas determinou que 75% do quadro permanecesse trabalhando para evitar problemas de abastecimento de energia elétrica. “A greve vai continuar,

mas faremos assembleias para decidir se continuamos [na greve], disse Mendes. Cada dia parado significa multa de R\$ 100 mil para os trabalhadores, segundo determinou o TST. No final de maio, os empregados da Petrobras também convocaram greve, mas tiveram que recuar após o TST estipular multa de R\$ 1 milhão por dia de greve. Procurada, a Eletrobras disse em nota que “não há nenhum posicionamento novo neste momento.”

TST determina que 75% dos empregados da Eletrobras trabalhem durante a greve

Canal Energia - 12/06/2018

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Mauricio Godinho Delgado determinou, no último sábado, 9 de junho, que sejam mantidos em serviço 75% dos empregados de cada uma das empresas componentes do Sistema Eletrobras durante a greve anunciada para a próxima semana. O percentual deve ser observado em proporcionalidade às funções dos trabalhadores a partir da primeira hora de segunda-feira, 11 de junho e durante todo o período da paralisação. A multa diária por descumprimento da determinação será de R\$ 100 mil por entidade sindical.

A decisão vem do fato de se tratar de greve em serviço e atividade essenciais, em que essas exigências são obrigatórias. Argumentando que o movimento tem caráter político, as empresas da Eletrobras solicitaram que o TST declarasse a greve abusiva e determinasse a manutenção de 100% dos trabalhadores e dos serviços. Também pretendiam a determinação de que os trabalhadores se abstivessem de iniciar novas paralisações e a imposição de multa diária de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento de decisão liminar por entidade sindical.

O ministro Mauricio Godinho Delgado indeferiu pedido de declaração de abusividade da greve sob o enfoque dos interesses defendidos pela categoria profissional. Também negou pedido de tutela para que movimentos semelhantes se renovem no setor. Para o ministro, a análise de suposta abusividade da greve ocorrerá no curso do processo, após o regular exercício do direito ao contraditório e o conhecimento mais aprofundado dos fatos que envolvem o conflito. No entanto, ele disse na decisão não vislumbrar abusividade.

Sobre a alegação de que a paralisação detém viés político, o ministro considerou que há a presença de importantes interesses profissionais no contexto da greve, porque interessa ao trabalhador, particularmente ao empregado, preservar a empresa, os postos de trabalho e as condições profissionais e contratuais. Para o relator, a defesa desses interesses é uma conduta e um pleito que têm sentido econômico-profissional relevante.

Greve e serviços públicos essenciais

O Estado de S. Paulo 12/06/2018

Fábio Medina Osório

No Direito Administrativo existe um princípio clássico, o da supremacia do interesse público sobre o privado. Apesar de muitos questionamentos, esse princípio ainda existe e deve ser prestigiado pelas autoridades públicas por meio do exercício do poder de polícia. Também no âmbito dos serviços de inteligência do Estado e de suas atividades investigatórias, o Poder Executivo deve perseguir o interesse público primário como um princípio estruturante nas democracias contemporâneas.

Há instituições que mesmo não integrando o Poder Executivo detêm atribuições investigatórias e praticam atos administrativos típicos, até com poder de polícia, como é o caso do Ministério Público.

Nesse contexto, as pessoas têm direito à prestação de serviços públicos ou essenciais adequados e contínuos (artigo 9.º, § 1.º, da Constituição federal). A Lei 7.783/89 (Lei de Greve) definiu os serviços e atividades essenciais, sem prejuízo de que outras normativas pudessem posteriormente incidir para novas inserções.

O legislador, ao regulamentar o direito de greve, tratou de enquadrar as necessidades inadiáveis da sociedade, tais como assistência médica e hospitalar, distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos, transporte coletivo, tratamento e abastecimento de água, produção e distribuição de energia elétrica, gás, combustíveis, telecomunicações, processamento de dados ligados a serviços essenciais.

Existe uma cláusula geral para conceituar, no artigo 11, § único, da Lei de Greve, que são “necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde, ou a segurança da população”. O legislador valeu-se de uma técnica que remete a conceitos jurídicos indeterminados: “perigo iminente”, “sobrevivência”, “saúde”, “segurança”. Não pode haver paralisação total de serviços que adentrem essas zonas legais e cabe, num primeiro momento, ao Poder Executivo ou ao próprio Ministério Público realizar essa interpretação.

O que vimos recentemente no Brasil? Uma desorganização total em face do exercício do direito de greve por determinado segmento. O País mergulhou no caos. Importante, pois, buscar diagnósticos e análises acuradas.

Não há dúvida que o transporte de carga é um serviço essencial à sociedade brasileira, pois se trata do principal componente do sistema logístico das empresas que prestam os mais variados tipos de serviços e fornecem produtos, empresas que compõem a indústria nacional e os mais diversos segmentos.

No Brasil predomina a matriz do transporte rodoviário, embora a malha rodoviária seja de péssima qualidade (asfalto mal conservado ou até produto de superfaturamentos, falhas de construção, estradas e obras inacabadas, malha não pavimentada, pistas esburacadas).

No índice de eficiência logística do Banco Mundial, o Brasil aparece em patamar ruim. Em 2016 apareceu na 55.^a posição entre 160 países.

Pouco se falou, no entanto, sobre um detalhe, nesta greve: os transportadores rodoviários remunerados são obrigados por lei a se cadastrar no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) e obter o respectivo registro. Há rigorosa lista de exigências para o desempenho dessa atividade econômica, o que parece contrastar com a realidade (condições de trabalho ruins, frota de caminhões talvez envelhecida). Em tese, os grevistas estavam todos devidamente identificados.

Esse mercado exigiria maior intervenção regulatória dos poderes públicos, é evidente. Há, por certo, omissão histórica no tratamento desse assunto. O transporte rodoviário tem sido abandonado, aparentemente, à sua própria sorte, assim como nossas rodovias.

A Lei 11.442/17 disciplina o transporte rodoviário de cargas em vias públicas no Brasil e confere competências à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para cassar registros de motoristas e disciplinar com rigor o segmento. O transportador é responsável pelas ações ou omissões de seus empregados, agentes, prepostos ou terceiros contratados ou subcontratados para a execução dos serviços de transporte, como se essas ações ou omissões fossem próprias. Ministério Público do Trabalho poderia também intervir numa greve abusiva, se fosse o caso. Não se teve notícia pública de sua intervenção.

Quais são atualmente os transportadores, motoristas e veículos cadastrados no Brasil? Esse cadastro está completo ou pode ser aperfeiçoado em seu espectro regulatório? Há controles adequados? Qual a idade da frota? Como foi a atuação do Ministério Público do Trabalho nesse episódio da greve? E de cada uma das instituições competentes para resolver o problema? Era necessário chegar ao extremo da paralisação?

Ao que parece, representantes dos motoristas e transportadoras já haviam emitido sinais de insatisfação anteriormente, dadas as causas conhecidas da crise instalada. Desde quando foi detectado o movimento?

Seria fundamental um diagnóstico correto do processo de negociação (ou falta de) para aperfeiçoar o modelo e prevenir potenciais erros futuros. Não se trata de uma caça às bruxas, mas de aprendizado na crise.

A infraestrutura de transportes é essencial para o desenvolvimento de um país. A crise decorrente da greve escancarou muitas das fragilidades brasileiras, mas principalmente uma das razões por que somos menos competitivos no

cenário internacional: a predominância do transporte rodoviário, com uma frota possivelmente antiga, estradas velhas e falta de controles dos poderes públicos.

Os custos logísticos na economia brasileira são altos e as condições de trabalho dos caminhoneiros, provavelmente, precárias. Esse debate carece de um aprofundamento em múltiplas direções. Há prejuízos bilionários suportados pela sociedade brasileira. Será que a negociação final resguardou o interesse público?

Vimos o País mergulhar no caos. Importante buscar diagnósticos e análises acuradas

Sal da Terra

O Estado de S. Paulo 12/06/2018

Ana Carla Abrão

Em 1- 3 de junho de 1654, em São Luís do Maranhão, Padre Antonio Vieira, pregou aos peixes no seu famoso Sermão de Santo Antonio aos Peixes. Pregava aos peixes porque os homens não lhe ouviam, ressaltando numa retórica primorosa nossas virtudes e defeitos.

Na semana passada, nessa mesma São Luís, enquanto o dólar disparava, a Bolsa derretia e o mercado acordava para os riscos de elegermos um candidato populista, uma importante discussão acontecia. Representantes das Secretarias de Planejamento e Gestão dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal debateram a importância de se reformular a máquina pública no Brasil e de fazer reviver a agenda de Reforma Administrativa, abandonada há mais de 20 anos.

Ali se reuniram aqueles que vivem os problemas no dia a dia, que sofrem com a falta de instrumentos de gestão e que se sentem impotentes frente à captura e descontrole que vivemos no setor público brasileiro. A cotação do dólar, a queda da Bolsa ou a inclinação da curva de juros passaram ao largo das discussões, não por ignorância em relação aos impactos de uma economia frágil no crescimento e na receita, mas pela clareza de que nossos problemas se assentam em questões estruturais. Eles bem sabem que chegamos ao limite.

Gastamos em 2016 o equivalente a 39% do PIB com o custeio da máquina. Patamar comparável ao que gastam França, Inglaterra ou Canadá. Por outro lado, detemos as piores colocações nos rankings globais de qualidade dos serviços públicos. Saúde, educação, segurança pública e sistema judiciário não superam os 45% de satisfação, nos colocando na lanterna dentre os países pesquisados pela OCDE.

Vivemos assim uma situação paradoxal – e insustentável. Gastamos muito com a máquina, a qualidade dos serviços é péssima, os entes federados estão em colapso, desrespeitamos a Lei de Responsabilidade Fiscal e a grande maioria dos servidores públicos está insatisfeita. Há, portanto, algo muito errado com esse modelo.

As motivações para uma completa revisão do modelo são claras: serviço público de qualidade é um imperativo social em um país onde metade da população depende do Estado para ter acesso a educação, saúde, segurança e a uma rede de proteção social. Qualidade do serviço público é ferramenta de combate à desigualdade e à pobreza. Mas não há serviço, muito menos o público, que prescindia do investimento em pessoas. Para isso, há que se resgatar os conceitos de gestão de pessoas no setor público, com mecanismos que alinhem incentivos e garantam a provisão de serviços melhores.

Além disso, não há como falar em aumento de produtividade da economia brasileira desconsiderando o setor público. Num país em que mais da metade da economia está nas mãos do setor público, ou se investe em aumentar a produtividade do setor público ou teremos nele uma âncora para o aumento geral da produtividade no Brasil.

Finalmente, o colapso fiscal nos coloca ainda como motivação adicional à urgência de se reduzir ineficiência e gastos com a máquina, racionalizando leis e processos que criaram um monstro que mais pesa do que resolve, que menos serve e muito se serve. Não há caminho para fora da crise fiscal sem uma reforma profunda dessa estrutura inchada e disfuncional.

Tenho me debruçado sobre o assunto e rodado o Brasil discutindo o tema. A boa notícia é que não precisa ser assim, há muito o que fazer – e localmente, sem dependência maior de leis federais. Uma completa revisão de leis locais e processos internos coloca nas mãos de governadores, prefeitos e do Legislativo local a possibilidade e a responsabilidade de reformar a máquina pública em favor do interesse público e do cidadão. Para isso, há que se ter legitimidade, liderança e enfrentar grandes corporações. Nada fácil, mas nada impossível.

Volto a São Luís e a Padre Antonio Vieira no seu apelo à razão dos homens, não dos peixes: é chegada a hora de pararmos de nos comermos uns aos outros – em particular os grandes aos pequenos. Pois não mais bastam 180 milhões de pequenos para alimentar os poucos grandes que tomaram de assalto o nosso País.

Não há como sair da crise fiscal sem reformar essa estrutura inchada e disfuncional

Recovery leva R\$ 4 bi em crédito podre do Bradesco

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

Coluna do Broadcast

A Recovery, empresa de recuperação de crédito do Itaú Unibanco, comprou mais cerca de R\$ 4 bilhões em carteiras vencidas e inadimplentes do Bradesco, os chamados créditos podres. É a segunda vez que a empresa arremata operações da instituição financeira, reforçando o seu lado independente, que foi questionado após a empresa mudar das mãos do BTG Pactual para o Itaú. A operação, cujo vencedor foi selecionado na última sexta-feira, dia 9, deve ser concluída ainda em junho, possibilitando ao Bradesco contabilizá-la no balanço do segundo trimestre. Como são operações vencidas com prazo médio de dois a dez anos, não trazem, contudo, efeito no resultado do banco. » Limpeza. Desde que o Bradesco começou a se desfazer de créditos podres, o que não fazia antes da recente crise no País e de comprar o HSBC, o banco já desovou quase R\$ 20 bilhões em operações inadimplentes. Somente no primeiro semestre deste ano, foram mais de R\$ 9 bilhões. Como o banco pegou gosto pela estratégia e, diferentemente de seus concorrentes, ainda não cogita ter sua própria recuperadora de créditos, o mercado espera que o Bradesco ofereça montante similar na segunda metade do ano, garantindo movimento aos negócios com crédito podre no Brasil. Não falta estoque para vender. O banco, porém, guarda essa cifra a sete chaves. Procurados, Bradesco e Recovery não comentaram. » Quase dobrou. A Wilson Sons Logística está investindo aproximadamente R\$ 1,5 milhão na expansão do Centro de Distribuição (CD) de Santo André, na Grande São Paulo. As obras já foram iniciadas e, dos 36 mil metros quadrados atuais, o centro passará a ter 52 mil metros, enquanto a câmara fria mais que dobrará de capacidade para acomodação de paletes.

» Na rota. O Centro de Distribuição de Santo André integra a Plataforma Sudeste da Wilson Sons Logística, junto com o EADI, terminal alfandegado operado pela empresa e considerado maior porto seco de São Paulo. As principais cargas movimentadas pela unidade são dos segmentos manufaturado, automotivo, químico, entre outros. A unidade está localizada próximo a importantes elos logísticos, como o Rodoanel, o Porto de Santos e os aeroportos de Guarulhos e Viracopos.

» Unindo forças. As consultorias AGR e Condere uniram forças para crescer no segmento de assessoria para operações de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês). Por meio da joint venture, as novas sócias, representadas por Ana Paula Tozzi e Paulo Cury, respectivamente, já estão trabalhando em três mandatos no segmento de varejo. Nos próximos três meses, a primeira transação pós casamento deve sair do papel. » Testando. O banco mineiro BS2, ex-Bonsucesso, vai estreitar no já disputado mundo dos serviços financeiros digitais, dando sequência às mudanças implementadas após a cisão das operações de consignado, em uma joint venture com o Santander Brasil em 2015. O lançamento da plataforma digital para pessoas físicas e jurídicas do BS2 será feito hoje, ainda em fase de teste, durante o Ciab,

tradicional evento de tecnologia bancária, promovido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

» Mutualismo. Junto à digitalização, a grande aposta do BS2 está no modelo openbanking, um conceito de banco aberto que tem movimentado a indústria financeira mundial. Ao entrar nesse segmento, o BS2 pretende ampliar de forma exponencial sua base de clientes, ainda que o nome do banco fique relativamente “escondido” junto ao público de varejo nesse modelo. Entretanto, frente ao atacado, o BS2 pretende solidificar sua marca, permitindo que parceiros se pluguem em sua plataforma para ofertar produtos e serviços bancários e não bancários a seus clientes. Juliana Guimarães » Piloto. A fase de testes deve durar até 60 dias. No geral, a plataforma digital do BS2, que opera sem agências físicas, vai oferecer todos os serviços bancários para pessoas físicas, incluindo uma plataforma de investimento aberta, ou seja, com oferta de produtos de terceiros. Na pessoa jurídica, o BS2 mira os pequenos empreendedores. A ideia é que, a partir de agosto, a plataforma esteja operando de forma plena.

» Novo. O conceito de openbanking é bastante novo. Regulamentado pela União Europeia no início deste ano, representa uma das mais significantes mudanças do sistema bancário mundial. No Brasil, os grandes bancos já trabalham para instituir o conceito baseado na tecnologia de Application Programming Interface (API).

“Não queremos ser mais um banco digital. Estamos abertos para parcerias com empresas não financeiras que busquem agregar valor a seus clientes com a oferta de serviços financeiros”

DIRETORA EXECUTIVA DA BS2

Guerra comercial e reforma da OMC

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

Rubens Barbosa

A instabilidade no comércio internacional tem aumentado de forma significativa nos últimos meses. Notícias recentes mostram que o governo norte-americano voltou a indicar que prosseguirá com a aplicação de medidas contra a China com base na Lei de Segurança Nacional. O governo chinês mostrou-se surpreso com essas declarações, que vão em sentido contrário ao aparente consenso já alcançado entre as partes.

Na mesma linha de endurecimento da atitude norte-americana, no dia 31 de maio o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, confirmou a aplicação de sobretaxas de 25% e 10% sobre o aço e o alumínio originários do Canadá, do México e da União Europeia. Ross já havia manifestado insatisfação com a exigência de Bruxelas de iniciar negociações apenas após garantia de que o bloco estaria isento das sobretaxas de forma permanente. No caso do Canadá

e do México, o secretário afirmou que a renegociação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) ainda levaria tempo, o que justifica a aplicação imediata das medidas. Logo após a notícia da entrada em vigor das sobretaxas norte-americanas, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, afirmou que “não resta alternativa ao bloco senão iniciar uma disputa na Organização Mundial do Comércio (OMC) e impor tarifas adicionais a uma série de produtos originários dos Estados Unidos”. Na reunião do G-7 no fim de semana, em clima tenso, os principais aliados dos EUA condenaram as medidas restritivas de Washington como ilegais.

O Canadá também reagiu rapidamente e anunciou que vai impor tarifas adicionais a produtos norte-americanos a partir de 1.º de julho no valor de US\$ 12,8 bilhões e questionar as medidas perante o Nafta e a OMC. Em tom desafiador, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, retirou-se antes do fim do encontro para se encontrar com Kim Jong-un, líder da Coreia do Norte, em Cingapura, ficou isolado nas deliberações e respondeu às declarações do primeiro-ministro canadense chamando-o de “desonesto e fraco”.

Por outro lado, na última reunião regular do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, no final de maio, os Estados Unidos fizeram fortes críticas às políticas chinesas e à atuação de empresas estatais, alegando práticas de transferência forçada de tecnologia e de comércio “desleal” promovidas pelo governo chinês. A China, por sua vez, rebateu as acusações, argumentando a inexistência de instrumentos legais internos que exijam a alegada transferência de tecnologia e criticando a falta de provas no pronunciamento norte-americano. Afirmou, ainda, que eventuais acordos e arranjos contratuais feitos entre as empresas têm caráter eminentemente privado e configuram práticas comerciais usuais, comuns em qualquer transação de mercado.

Na mesma reunião, os Estados Unidos e a União Europeia divergiram quanto às medidas adotadas por Bruxelas que visam à implementação das recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias no caso da ação da Boeing contra a Airbus. Mesmo sem uma guerra comercial declarada, o protecionismo e as disputas comerciais tenderão a aumentar no futuro imediato.

No meio desse intenso tiroteio, às margens do encontro ministerial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no fim de maio, o presidente francês, Emmanuel Macron, para tentar suavizar as medidas restritivas de Washington, sem sucesso, como se viu no encontro do G-7, apoiou uma ampla reforma da OMC, como sugerido por Trump. O presidente indicou que, inicialmente, União Europeia, Estados Unidos, China e Japão deveriam iniciar essas discussões, a que se juntariam os demais países do G-20 e da OCDE, com vista a tratar o assunto já na próxima reunião do G-20 (que será realizada em Buenos Aires, em novembro). Macron defendeu a importância do multilateralismo e reforçou a necessidade de torná-lo mais “justo e eficiente”. Afirmou ainda que as novas regras do comércio internacional

devem responder aos desafios do mundo atual, citando como exemplos as distorções causadas por subsídios públicos e a necessidade de proteção da propriedade intelectual, a renovação das discussões sobre direitos sociais e impactos oriundos da mudança do clima. No mesmo encontro, o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, afirmou que é preciso “atualizar” a OMC, apontando para o aumento das disputas comerciais e o tempo prolongado para solucioná-las, além de criticar o caráter “obsoleto” das concessões que deram origem ao Gatt, em face da nova configuração do cenário global.

Resta saber qual o sentido da pretendida reforma. A OMC já se vê esvaziada pelo fato de as negociações comerciais e suas regras estarem sendo feitas fora do organismo multilateral e, agora, com a recusa dos Estados Unidos de aprovarem juízes para o Órgão de Apelação. Uma proposta para iniciar o processo seletivo para novos membros do Órgão de Apelação, endossada por 67 membros foi reapresentada, mas a oposição americana permanece inalterada. No mesmo dia, um dos juízes, em seu discurso de despedida, após o término do seu segundo mandato no Órgão de Apelação, chamou a atenção para o impasse da nomeação de novos árbitros, para a urgência da seleção de novos membros, para questões relativas ao mandato dos membros e para o papel do mecanismo de solução de controvérsias como pilar do sistema multilateral de comércio.

Interessa ao Brasil uma OMC ativa e com influência na regulamentação do comércio global. Uma reforma que atualize a ação da instituição será bem-vinda, mas essa proposta não pode ficar apenas nas mãos de um grupo reduzido de países. O Brasil deveria ter papel ativo nessa discussão, a começar pelo encontro do G-20 em Buenos Aires, e é fundamental que o futuro governo defina uma nova estratégia de negociação multilateral.

O Brasil devia ter papel ativo nessa discussão, a começar pelo encontro do G-20 na Argentina

Tudo torto

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

Bernard Appy

No Brasil há várias categorias de tributos. Alguns são destinados ao financiamento das despesas públicas em geral e outros são destinados a finalidades específicas. Na prática, no entanto, este modelo não funciona. Tributos que deveriam financiar despesas gerais acabam sendo vinculados a finalidades específicas e tributos destinados a finalidades específicas acabam sendo utilizados como fonte geral de receita. A consequência é uma perda de racionalidade na gestão do orçamento público, que, em última instância, acaba por piorar a própria qualidade da gestão democrática em nosso país.

Para entender este argumento, é útil conhecer as principais categorias de tributos existentes.

A primeira categoria é a dos impostos, cuja função deveria ser a de financiar as despesas públicas em geral. No Brasil, no entanto, boa parte da receita de impostos está vinculada a finalidades específicas.

No caso do Imposto de Renda, por exemplo, que é cobrado pela União, 46% da receita é automaticamente transferida aos Estados e municípios e 3% a fundos de financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De modo semelhante, da receita do ICMS, que é o principal imposto estadual, 25% são transferidos aos municípios e, do que resta, 25% são vinculados a despesas com educação e 12% a despesas com saúde.

A segunda categoria de tributos são as contribuições sociais, que podem ser instituídas apenas pela União, e que, em princípio, são destinadas ao financiamento de políticas sociais específicas. A maior parte das contribuições sociais é vinculada às áreas de saúde, Previdência e assistência social, por meio do orçamento da seguridade social.

O maior problema deste modelo é exatamente a segmentação do Orçamento federal em dois suborçamentos (fiscal e da seguridade social), que dificulta a gestão racional das despesas públicas. É difícil entender a lógica de um modelo que impede a destinação de recursos de contribuições vinculadas à seguridade a outras políticas sociais, como a educação pública. Para contornar essa rigidez, o governo criou o mecanismo de Desvinculação de Receitas da União (DRU), que desvincula parte das receitas do orçamento da seguridade social.

Outras categorias de tributos são as contribuições de intervenção no domínio econômico (Cide) – tributos federais que, em princípio, teriam finalidade regulatória – e as taxas, que têm como função remunerar a União, os Estados ou os municípios pela prestação de serviços públicos específicos, como a coleta de lixo. Na prática, no entanto, as Cides e as taxas também vêm sendo utilizadas essencialmente como fontes gerais de receitas, estando inclusive sujeitas à DRU e à desvinculação de receitas dos Estados e municípios.

Ou seja, no Brasil, impostos, cuja destinação deveria ser discutida anualmente no Orçamento, estão vinculados a finalidades específicas e taxas e contribuições, cuja receita deveria ser aplicada apenas na finalidade para a qual foram criadas, são utilizadas como fonte de receita para gastos gerais.

A consequência deste modelo é uma grande perda de racionalidade na escolha dos instrumentos mais adequados para o financiamento

Sempre que possível os governos utilizam benefícios tributários ao invés de recursos orçamentários

das políticas públicas. Quando a União ou um Estado precisa de recursos para uma finalidade específica, ao invés de recorrer a sua principal fonte de receita, que são os impostos, acaba recorrendo à criação de taxas ou contribuições.

De modo semelhante, sempre que possível os governos utilizam benefícios tributários ao invés de recursos orçamentários como forma de fazer políticas públicas, pois assim evitam a rigidez orçamentária resultante do excesso de vinculações. O resultado é a perda de controle democrático sobre as despesas e um sistema tributário cada vez mais complexo e disfuncional.

O Brasil deveria discutir esse modelo. Existem outras formas de proteger determinadas categorias de gastos (além das vinculações de receita), como a fixação de despesas mínimas, que são menos danosas para a gestão democrática do orçamento e a eficiência da economia.

Apenas um normativo

Valor Econômico - 12/06/2018

Roberto Luis Troster

Há um desânimo na economia brasileira inconsistente com a realidade. Fala-se em fim de mandato e nos empecilhos, como a atuação do Congresso Nacional e as ações dos caminhoneiros e esquece-se que o governo tem mais de meio ano até o fim do seu mandato. São 202 dias em que muito pode ser feito para diminuir o descontentamento.

Um exemplo é o dólar. Sua volatilidade causa estragos consideráveis. Nos preços dos combustíveis, dependendo do período analisado, entre um terço e metade da variação foi causada por mudanças na cotação da moeda americana. Lembrando que esse foi o estopim da greve dos caminhoneiros.

A incerteza cambial faz com que produtores agrícolas adiem decisões de plantio com receio de que comprem os insumos com o dólar valorizado e tenham que vender a produção com o real depreciado. Há mais impactos adversos no turismo, na indústria, no comércio e na imagem do governo, uma vez que a depreciação cambial é um termômetro da confiança na condução da economia.

Há também receios crescentes na sociedade de uma crise cambial, um evento recorrente na história do Brasil, com sequelas no emprego, no investimento e nas contas públicas. Essas expectativas quando exacerbadas podem se transformar numa profecia auto-realizável, algo que deve ser impedido.

As idas e vindas da cotação do dólar se deve a fatores externos, como o preço das commodities e a taxa de juros americana; entretanto, o maior responsável é interno, a política econômica em geral e mais especificamente a cambial, que é conduzida pelo Banco Central e que pode e deve ser melhorada.

A atuação da autoridade cambial se dá nas reservas e no mercado de câmbio. Desde 2012, o volume de reservas se manteve num patamar estável de US\$ 370 bilhões. A concepção é de que um volume elevado e estável daria segurança ao investidor estrangeiro e dessa forma manteria suas aplicações no Brasil. O valor é considerado exagerado por analistas.

É algo que funciona bem até determinado limite. Quando é estressado, como aconteceu em 1998, se torna inoperante e as reservas se esvaziam rapidamente. Para evitar uma situação extrema, o Banco Central atua no mercado futuro de câmbio, com swaps cambiais. Essas operações têm um efeito líquido no balanço do sistema financeiro de uma venda de dólares e ao mesmo tempo mantém o total de reservas. Todavia, em um estresse implica ajustes rápidos que aumentam a dívida pública.

O estoque de reservas nesse patamar elevado corresponde a mais de 25% da dívida bruta do governo e tem um custo elevado. É dado pela diferença entre a taxa de captação do Banco Central em reais e de aplicação em dólares. Está estimado em cerca de R\$ 70 bilhões este ano. Em 2017 foi superior à metade do déficit primário do governo central - Tesouro Nacional e Previdência Social somados.

O mercado de câmbio tem dois segmentos, um é o futuro, no qual atuam investidores nacionais e estrangeiros, eficiente, transparente e dinâmico. É o usado pelo Banco Central para estabilizar o câmbio. O outro, com volume menor, é o mercado à vista (spot) que é burocrático e opaco. Apesar de alguns aprimoramentos nos últimos anos, é antiquado.

A lei cambial vigente é de 1933, época em que havia uma escassez crônica de divisas. Apesar das mudanças na estrutura econômica e financeira nos últimos 85 anos, algumas restrições ainda permanecem, como a proibição de contas em dólares em bancos no Brasil.

Note-se o anacronismo da restrição. Atualmente, é possível ter uma conta em bitcoins ou outras criptomoedas e dessa forma fazer transferências de recursos para o exterior de forma rápida, com custos baixos, sem a necessidade de bancos, sem o pagamento de impostos e sem burocracia. É também incoerente, desde que declarado, a abertura de contas em divisas no exterior é permitida, mas aqui não é.

A proposta deste articulista é eliminar essa distorção permitindo contas em dólares para pessoas físicas e jurídicas em bancos no Brasil. Daria mais estabilidade ao câmbio, ganhos ao fisco e mais eficiência ao mercado de divisas.

A existência de contas em divisas em bancos locais não vai dolarizar a economia. Muitos países permitem contas em outras divisas e nem por isso têm que abandonar a moeda nacional. Para o governo, cada dólar em uma conta de um cidadão ou empresa significa uma redução da dívida bruta no mesmo montante.

Note-se que há um volume considerável de contas em dólares de empresas brasileiras no exterior, legalizadas e declaradas, apenas porque existe a proibição aqui. A autorização significaria a entrada de parte desses recursos e aumento de reservas sem custo fiscal para o governo. O custo de carregar a posição em dólares seria do titular de cada conta e não mais do governo.

Contas em divisas também implicam mais estabilidade no mercado cambial, pois a cada aumento da demanda de dólares, o ajuste se daria apenas no balanço dos bancos e não implicaria a saída ou entrada de divisas do país.

Um impacto importante no setor não financeiro é que o uso de contas em dólares permite um hedge natural para empresas que importam e exportam e até ajuda cidadãos que pretendem viajar para o exterior a fazerem poupanças em dólares e evitarem os dissabores de terem que guardar o dinheiro em espécie ou ficarem reféns de altas intempestivas da moeda americana.

O país vive um clima de incertezas exagerado. É fato que a greve dos caminhoneiros teve um impacto negativo no crescimento, na bolsa e na cotação do dólar. No último mês o saldo líquido no movimento de câmbio financeiro foi deficitário em US\$ 5 bilhões. É um pessimismo que foi amenizado pelo BC na última semana.

O BC anunciou que pode usar reservas para estabilizar o câmbio. É uma atuação mais sensata, pois como é um mercado mais estreito, pode ter resultados melhores com menos recursos e riscos mais baixos. É um avanço que merece ser aplaudido. Fica a sugestão da autorização de contas em divisas aqui, que depende apenas de um normativo.

Uma nova política de preços de combustíveis

Valor Econômico - 12/06/2018

Adilson de Oliveira

A greve dos caminhoneiros provocou o colapso da política de ajustes diários nos preços dos derivados de petróleo. Imaginada para operar em um cenário petrolífero relativamente estável, com preços do barril oscilando entre US\$ 40 e US\$ 50, essa política tornou-se social e politicamente inadequada para a realidade socioeconômica do país, após a recente escalada do preço do petróleo no mercado internacional.

O grave equívoco dessa política foi desconhecer que o petróleo é uma commodity geopolítica. Seu preço é determinado por uma demanda fortemente inelástica ao preço, por um lado, e por expectativas de oferta governadas pelo contexto geopolítico do suprimento de petróleo, por outro. Nesse ambiente de mercado, qualquer alteração no contexto geopolítico da oferta global de petróleo provoca movimentos imediatos no seu preço, como estamos verificando atualmente. A volatilidade do preço é uma característica intrínseca do mercado petrolífero.

A atual volatilidade do preço do petróleo tem sua origem na decisão conjunta da Opep e da Rússia de reduzirem em 1,8 milhões de barris/dia sua oferta ao mercado global em meados de 2016. Desde então, o preço do petróleo iniciou uma escalada que foi incrementada com o aprofundamento da crise na Venezuela e, mais recentemente, acelerada com a decisão americana de abandonar o acordo nuclear com o Irã. Essas mudanças no cenário geopolítico do suprimento petrolífero induziram a elevação paulatina do preço do barril de petróleo para o patamar de US\$ 80, depois de permanecer por um bom período no patamar de US\$ 45.

Esse novo patamar deve induzir a expansão da produção de petróleo fora da Opep, principalmente a de óleos não convencionais (e gás natural) nos EUA. Analistas do mercado petrolífero acreditam que esse aumento da oferta pode provocar o retorno do preço do barril de petróleo para o patamar de US\$ 45. No entanto, não se pode excluir o risco da exacerbação dos conflitos no Oriente Médio. Nesse caso, é provável que ocorra uma drástica redução da oferta de petróleo no mercado global, que provocaria a continuidade na escalada do preço do petróleo que, eventualmente, atingiria o pico do início desta década (US\$ 130).

No atual ambiente geopolítico bastante conturbado, é muito difícil identificar uma trajetória previsível para o preço do petróleo no futuro próximo. O mais provável é que teremos que conviver com a volatilidade no preço do petróleo por um bom período de tempo.

O petróleo é insumo básico das economias industriais. Sua volatilidade induz a alocação ineficiente de recursos e, conseqüentemente, reduz o ritmo da atividade econômica, penalizando principalmente os mais pobres. Administrar a volatilidade do preço do petróleo, provocada por mudanças no contexto geopolítico do seu mercado, é função precípua do Estado, especialmente em países fortemente dependentes do transporte rodoviário, como é o caso do Brasil.

Os mercados são construções históricas que procuram delimitar interesses individuais para garantir interesses coletivos. Resultado da dinâmica sociopolítica nacional, eles estabelecem o quadro institucional e legal que os agentes econômicos devem obedecer para garantir o bom funcionamento da concorrência. Sempre que o comportamento do mercado torna-se disfuncional, como ocorre atualmente no mercado de combustíveis, a intervenção do Estado torna-se indispensável. Ela deve ter por objetivo a reconfiguração do quadro institucional e legal de forma a viabilizar o funcionamento adequado do mercado.

Na década de 1950, o Brasil optou por um quadro institucional monopolista para o suprimento de petróleo para um mercado nacional incipiente. No final do século passado, tendo sido alcançado sucesso na organização de um mercado petrolífero maduro, o quadro institucional e legal foi modificado para promover a introdução da concorrência como mecanismo de funcionamento desse

mercado. No entanto, a oferta de derivados de petróleo permaneceu estruturada na Petrobras, que atua como monopolista de fato na sua oferta para o mercado consumidor.

Essa estrutura exige a regulação dos preços ofertados por suas refinarias. E essa regulação deve ter presente que o potencial petrolífero doméstico é uma vantagem comparativa relevante do país e um dos principais ativos geopolíticos do Estado para a inserção da economia brasileira em condições favoráveis na economia global.

Essa realidade indica que o mercado petrolífero doméstico deve operar em um quadro institucional que ofereça parâmetros favoráveis à inserção da indústria brasileira do petróleo no mercado global, porém sinalizando a expectativa do Estado para o preço de longo prazo que deve orientar as decisões dos agentes econômicos. A regulação deve ter por objetivo a mitigação dos efeitos econômicos perversos provocados por flutuações dos preços dos derivados que saem das refinarias da Petrobras.

Esse contexto sugere a adoção de uma média trimestral móvel do preço do barril exportado pelo Brasil, ajustada pela expectativa do Estado para o preço de longo prazo, para a formulação dos preços dos derivados ofertados pelas refinarias brasileiras ao mercado doméstico. Não se trata de subsidiar os preços dos derivados para os consumidores, mas de explorar uma das principais vantagens comparativas da economia brasileira e de mitigar os efeitos econômicos deletérios da volatilidade de preços geopolíticos. Caberia à ANP regular a precificação dos derivados na saída das refinarias com base nessa média.

A presença da internet no Brasil e na América Latina

Correio Braziliense - 12/06/2018

Mercado S/A

Um dos novos indicadores para determinar o grau de desenvolvimento de um país é a taxa de penetração da internet. Nesse quesito, o Brasil tem espaço para avançar. Segundo dados do portal Statista, 65,9% dos brasileiros têm algum tipo de acesso à rede mundial, o que coloca o país em quarto lugar no ranking da América Latina. Está atrás de Equador (81% de taxa de penetração), Argentina (78,6%) e Chile (77%) e à frente de México (65,3%), Venezuela (60%) e Colômbia (58,1%). A vantagem do Brasil é o tamanho do país. Em números absolutos de pessoas conectadas, o mercado brasileiro de internet é 10 vezes maior do que o equatoriano e quatro vezes superior ao argentino, o que explica o fato de o Brasil atrair mais negócios do setor do que qualquer outra nação do continente. Em termos globais, a internet ainda é um produto desconhecido para quase metade da população do planeta, chegando a 54,4% dos habitantes. Há uma década, o número não alcançava 30%.

"O real tende a ficar muito pressionado, e a tendência é o dólar passar de R\$ 4 nos próximos meses"

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados

10%

foi a perda de renda de um trabalhador informal no Brasil desde o início da grande crise, há quatro anos, segundo estudo da consultoria LCA com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. O resultado mostra a tragédia da política econômica dos anos Dilma Rousseff.

Por que a Ikea não quis saber do Brasil

Estudo encomendado pela sueca Ikea foi uma das razões para a desistência da empresa sueca de entrar no mercado brasileiro. A fabricante de móveis comparou custos logísticos e fiscais na América do Sul e concluiu que o Brasil tem um dos ambientes menos amigáveis aos negócios. Daí a opção por Colômbia, Chile e Peru, que receberão pelo menos nove lojas da marca em um período de 10 anos. A primeira delas será inaugurada em Santiago, em 2020.

Sorridents vai diversificar negócios

A empresária Carla Sarni, dona da maior rede de franquias de consultórios odontológicos do país, a Sorridents, vai diversificar seus negócios com uma nova especialidade clínica: a oftalmologia. Sarni, que mora em Orlando, na Flórida, começará a coordenar essa área com clínicas franqueadas, nos mesmos moldes de sua rede odontológica. A primeira unidade será na capital paulista, mas o objetivo é pulverizar a atuação para todas as regiões do país.

Turbulência na Via Varejo

A Via Varejo, dona da Casas Bahia e Ponto Frio (foto), desligou na semana passada quatro diretores e dois vice-presidentes. Segundo uma fonte da empresa, as demissões foram motivadas pelo vazamento de informações sobre supostas negociações de venda do grupo para um fundo internacional. Curiosamente, a tempestade desabou sobre a Via Varejo na mesma semana em que o concorrente Walmart vendeu 80% de sua operação no Brasil para o fundo de private equity Advent. A Via Varejo não comentou a informação.

Rapidinhas

» A rede de franquias Casa do Construtor, especializada em ferramentas e equipamentos para manutenções, acredita que o caminho para o crescimento está no aumento dos investimentos dos atuais franqueados. Segundo Erica Vacchi, diretora de expansão da empresa, cerca de 40% da rede é formada por multifranqueados.

» "Os empresários que já possuem unidades pulam muitas etapas de aprendizado, maturação e estruturação do negócio", afirma a executiva. "As redes que crescem através de multifranqueados geralmente são mais saudáveis, porque uma loja tende a fortalecer a outra." Em 2018, o grupo prevê a inauguração de 15 endereços com esse modelo de negócio.

» A multinacional espanhola Indra, empresa global de consultoria e tecnologia, está apostando no crescimento dos bancos digitais. A empresa vai lançar nesta semana um novo serviço no Brasil, que terá como base a aproximação das instituições virtuais com os clientes.

» É impressionante a indiferença do brasileiro com a Seleção. “A vitória do Brasil contra a Áustria no domingo foi menos comentada no Twitter do que os jogos do Campeonato Brasileiro”, diz Eduardo Tancinsky, consultor especializado em marcas. “Parece que as pessoas não estão nem aí para Tite e companhia. Isso é péssimo para o mercado.”

A reforma deve ser outra **Correio Braziliense - 12/06/2018**

Raul Velloso

Mesmo com mudanças de regras relevantes já aprovadas, mas ainda longe, por ferirem direitos adquiridos, do momento em que começarão a vigorar, o aumento do peso dos idosos na população jogou e jogará ainda mais a intocável despesa previdenciária pública para cima. Isso levará a elevados deficits orçamentários totais nos entes subnacionais, com novos acúmulos de atrasados, e ameaça de duras punições de dirigentes. Isso se dá porque há outros gastos intocáveis, como em saúde, segurança e educação, obviamente prioritários, ou simplesmente rígidos pela maior força política de seus titulares, a quem tenho chamado de “donos do orçamento”. Em face disso, é cada vez menor o peso dos gastos remanescentes, que se costumam chamar gastos discricionários, notadamente os investimentos em infraestrutura.

Algo se tentou fazer nessa área crítica. Pressionada pela União, a maioria dos entes subnacionais fez o que ficou conhecido como “segregação de massas”, ou seja, separou-se a massa de servidores em dois grupos básicos. Os que entraram até uma data recente foram direcionados para o grupo 1 (fundo financeiro ou de “repartição simples”), em que se contabilizam receitas e despesas previdenciárias, apuram-se os deficits respectivos, e o ente público arranja dinheiro para cobri-los. Os demais foram para o grupo 2 (fundo capitalizado), no qual as contribuições dos mais novos entrantes e do empregador são aplicadas basicamente em títulos federais.

No fundo 2, o problema estaria resolvido, assim se disse, pois se equilibra atuarialmente por definição. Contudo, o drama dos gestores é no grupo 1, onde cabe administrar uma situação em que os gastos crescem conforme acima indicado, e as receitas de contribuições crescem menos, já que as relativas aos novos entrantes seriam redirecionadas para o fundo 2. Por esse motivo, ao extinguir mais recentemente essas segregações, vários dirigentes deram um passo atrás no processo de ajuste, como nos casos de Minas (gestão precedente) e Brasília (atual), alegando a impossibilidade de enfrentar os buracos financeiros de suas previdências, deixando, portanto, o “abacaxi” para

os seguintes descascarem. Ou seja, é como se a União lhes tivesse dado um “presente de grego”, que agora estariam repassando para seus sucessores.

Com amparo nos artigos 40 e 249 da Constituição, a proposta correta é, ao contrário, ampliar a capitalização. Ou seja, aportar ativos para o Fundo 2 e transferir segurados do fundo 1 para esse fundo, em um processo conhecido como “compra de vidas”. Por ele, calcula-se qual o custo atuarial de cada servidor. Se já está aposentado, estima-se por quanto tempo receberá o benefício, se gerará pensão, se fará alguma contribuição previdenciária etc.. Depois, traz-se o resultado líquido de despesas e receitas a valor presente. Esse é o custo atuarial desse aposentado. Se ele ainda está ativo, estima-se quando irá se aposentar, quanto será o benefício, quanto tempo receberá, se gerará pensão e todas as contribuições tanto dele quanto patronais desde hoje até a data final do benefício. Traz-se o resultado líquido a valor presente para se ter seu custo atuarial. Faz-se o mesmo procedimento com os pensionistas.

Adicionalmente, identificam-se ativos que podem ser aportados para o fundo capitalizado, como a “dívida ativa” (dívida de contribuintes faltosos para com os entes). Trata-se de um ativo com liquidez imediata e com fluxo perene e crescente, na mesma proporção da receita corrente líquida do ente, podendo, inclusive, ser maior se melhorar a eficiência de sua cobrança. Além disso, devem-se aportar imóveis, especialmente os que não estão com qualquer uso. Deve-se também prever o aumento da alíquota patronal do ente e dos servidores. E assim por diante, até se eliminar o deficit financeiro acumulado, com todos os servidores ficando no fundo 2, capitalizado e equilibrado, garantindo um futuro tranquilo para suas famílias e disponibilidade de recursos para investir em saúde, educação, infraestrutura e em outras políticas de interesse da população.

Nesse contexto, a maior e mais profunda recessão de nossa história, que ainda assola o país, é apenas um fator a mais para agravar, a curto prazo, a situação fiscal do país. Diante de problemas estruturais, como esse, é difícil entender como as autoridades federais não conseguiram ainda perceber a importância desse projeto, inclusive para aplicar a si próprias, assistindo inertes à derrocada de todos. Venho batendo nessa tecla há mais de um ano, mas a opção foi por concentrar seu esforço em uma reforma geral de regras previdenciárias, alcançando inclusive as classes menos favorecidas. Não foi por outro motivo que o governo deu com os burros n’água, e agora os mercados financeiros, crise de combustíveis à parte, entraram em ebulição, alegando que os candidatos não se manifestam em favor da reforma da previdência — a errada...(é mole?).

Estrelas apagadas

Correio Braziliense - 12/06/2018

Correio Econômico

A equipe econômica, conhecida até pouco tempo, como time de estrelas, passa pelo maior teste de credibilidade. Após o fim da greve dos caminhoneiros, que teve como desfecho um programa de subsídio ao preço do diesel que custará R\$ 13,5 bilhões, os remanescentes que permaneceram no Ministério da Fazenda e do Planejamento após a saída do Henrique Meirelles e de Dyogo Oliveira são torpedeados diariamente.

O principal sinal de fraqueza de Eduardo Guardia e Esteves Colnago foi a falta de protagonismo no debate. A ala política do governo atropelou os técnicos, e as pressões do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira (MDB-CE), deixaram os dois sem qualquer poder de interferência nas decisões tomadas. Restaram a eles fazer contas e cortar o orçamento para acomodar a despesa com o subsídio ao preço do diesel.

E os problemas não param por aí. Em meio à grave crise financeira e às propostas para que os reajustes nos salários dos servidores sejam adiados, na Fazenda e no Planejamento, os supersalários são uma realidade. O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, recebe remuneração mensal de R\$ 35.694,49. O abate-teto incide sobre esse valor, mas o contracheque dele é engordado em R\$ 8.091,93 por presidir o conselho de administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e em mais R\$ 5.440,36 por ser membro do conselho da Eletrobrás.

O caso mais assombroso é do secretário executivo do Planejamento, Gleisson Rubin. Além do salário mensal de R\$ 35.613,93, ele quase dobra o salário com jetons. Da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) recebe a bagatela de R\$ 24.275,79. E não para por aí. Outros R\$ 3.376,30 são pagos ao servidor público de carreira pelo Hospital das Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Com esse salário, Rubin desfila por Brasília em um Volvo XC-60, carro, zero quilômetro, custa mais de R\$ 200 mil.

Rombo

Na Fazenda, a secretaria executiva, Ana Paula Vescovi, também garante mensalmente um salário de R\$ 35.474,74 e um jeton de R\$ 4.891. A gestão de Ana Paula na Caixa planeja acabar com a prerrogativa de só empregados concursados ocuparem as diretorias Executivas e Jurídica e o posto de auditor-chefe do banco. A medida está em debate. Para se tornar realidade, é necessário alterar o estatuto da instituição financeira. Atualmente, somente a presidência e as vice-presidências podem ser ocupadas por pessoas sem vínculo empregatício com a estatal.

Vale lembrar que, enquanto estava na Fazenda, Meirelles não ocupava vaga em nenhum conselho. Dyogo Oliveira abriu mão dos assentos que ocupava para ter credibilidade de cobrar o fim dos supersalários. Meirelles deixou o posto para tentar comandar o Palácio do Planalto em 2019 e Oliveira, pelo salário de mais de R\$ 85 mil na presidência do BNDES.

No mercado, os analistas são unânimes em avaliar que a gestão da equipe econômica se limitará a tapar os buracos orçamentários para o cumprimento de uma meta que prevê um rombo de R\$ 159 bilhões. “Infelizmente, o governo acabou e a equipe econômica, com exceção de Ilan Goldfajn no Banco Central, está encurralada”, alertou um banqueiro.

Produtividade na Copa

» Pesquisa da empresa de recrutamento Robert Half mostra que as empresas temem uma queda de produtividade durante a Copa do Mundo de 2018. Para 46% dos executivos de recursos humanos, em dias de jogos, o rendimento dos colaboradores deve cair. Além disso, mais de um quarto avaliaram que o período do torneio interfere negativamente nos planejamentos para contratação. Apesar disso, 41% das empresas liberarão os trabalhadores para assistir às partidas do Brasil, com o compromisso de que voltem para o restante do expediente.

Contas do governo

» O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) se reúne a partir das 10h de hoje, em sessão extraordinária, para emitir o parecer prévio sobre as Contas do Presidente da República referentes ao exercício de 2017. O relator do processo é o ministro Vital do Rêgo. A tendência é de aprovação com ressalvas. Com isso, caberá ao Congresso Nacional ratificar ou não a decisão da corte de contas.

Eleitores rejeitam as propostas reformistas

DCI - 12/06/2018

Direto da fonte/Liliana Lavoratti

Os três primeiros colocados na última pesquisa de intenção de votos do Datafolha para a Presidência da República são contrários a pelo menos uma das propostas reformistas do atual governo. Até agora, ao declarar preferência pelo ex-presidente Lula (PT) – mesmo com 99% de chances de ser impedido de concorrer –, deputado Jair Bolsonaro (PSL) e ex-senadora Marina Silva (REDE), os eleitores manifestam que não apoiam um programa reformista para o próximo governo, apesar do crescente desequilíbrio das contas públicas, incluindo as da Previdência Social, segundo dados oficiais. No cenário sem Lula, a rejeição permanece.

Menos de 50% aceitam as mudanças

Sem o ex-presidente Lula, lideram a corrida Bolsonaro, Marina Silva e Ciro Gomes (PDT). “O candidato Geraldo Alckmin, do PSDB, tem uma plataforma reformista, mas continua com um dígito nas intenções de voto, ao redor de 7%. E o defensor da atual política econômica, na essência reformista, o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, conta com apenas 1% de apoio do eleitorado”, comenta Gesner Oliveira, sócio e fundador da GO Associados. No total, o percentual das intenções de voto dos candidatos que defendem a agenda reformista não atinge 50%.”

Só 36% querem a nova Previdência

Ainda de acordo com a GO, a reforma trabalhista é apoiada por candidatos que, somados, têm 41% das intenções de votos. Já a reforma da Previdência, 36%; o teto de gastos para o Estado, 26%; e a privatização da Eletrobras, 26%. “A consequência desse cenário é a contínua apreensão sobre o futuro da política econômica, o que se manifesta na queda da Bolsa e a pressão sobre o dólar, que só não vai explodir porque o Banco Central tem bala para intervir. A inflação não ultrapassará o teto da meta porque a economia está muito devagar, mas o desemprego permanece.”

Paulistas preferem o pós-pago

Os planos pós-pago da Oi registraram aumento de 70,6% de clientes no Estado de São Paulo em abril de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017. São Paulo é um mercado estratégico para a companhia, que conta com mais de 5,9 milhões de clientes no varejo, presentes em 645 municípios. A Oi vem apresentando também avanço ano a ano no setor de TICs. A participação da receita de serviços não voz na receita total do Corporativo alcançou 70% no primeiro trimestre deste ano, alavancada pelo crescimento da receita de TI, de 10% em relação a igual período de 2017.

Receitas com soluções para empresas

Com a sua estratégia de negócios voltada para TI no segmento de empresas, a Oi possui na sua sede em São Paulo um showroom com soluções de IoT, Big Data, segurança e cloud. No ambiente, as empresas podem visualizar como funcionam as soluções e como elas podem contribuir para o crescimento do seu negócio ou redução de custos. A Oi vem apresentando crescimento ano a ano no setor de TICs. Somente no primeiro trimestre deste ano, a operadora investiu mais de R\$ 21,1 milhões em São Paulo e R\$ 1,1 bilhão no mesmo período, em todo o País.

Fed enfrenta dilema de queda acentuada da taxa de desemprego

Valor Econômico - 12/06/2018

Nenhuma pergunta assombra tanto o presidente do Federal Reserve (o banco central americano), Jerome Powell, quanto esta: até que ponto a taxa de

desemprego dos EUA pode cair de forma segura? Em apenas duas ocasiões nos últimos 50 anos, o desemprego recuou a partir de sua atual taxa de 3,8% - por alguns anos no fim da década de 1960 e por um mês em 2000.

O episódio nos anos 60 levou a anos de aumento na inflação. Foram necessários cerca de dez anos para as autoridades monetárias voltarem a deixá-la sob controle. O caso mais recente coincidiu com a bolha do setor de tecnologia que, ao estourar, causou a recessão de 2001.

O Fed deverá anunciar nesta quarta a elevação de sua taxa referencial de curto prazo para uma faixa entre 1,75% e 2%, mais um aumento na recente série que almeja manter a economia equilibrada e evitar resultados como esses.

Depois, Powell vai ter que responder à pergunta sobre o desemprego. Sua resposta vai determinar até que ponto e com que rapidez os juros devem subir.

Essa decisão poderia definir seu mandato de quatro anos como novo líder do Fed - o primeiro em mais de 30 anos que não é um economista. Isso também vai definir se os milhões deixados para trás na atual onda de expansão vão ter uma chance para subir nesse bonde; se a inflação - reprimida e enterrada no último trimestre - vai ter algum repique inesperado; ou se as bolhas financeiras, que abalaram a economia em duas ocasiões nos últimos 20 anos, vão voltar.

Também vai testar a capacidade de Powell para guiar a economia durante um período que parece não se enquadrar nos modelos históricos. Powell, advogado e financista, não é novato no Fed. Ele entrou no conselho de governadores do banco central em 2012 e lidou com questões operacionais pouco glamorosas: sistemas de processamento de pagamentos, a remodelação da taxas de empréstimo interbancários e as relações com o sistema de 12 bancos regionais do Fed.

Nos primeiros meses como presidente, ele deixou esses temas de lado. A política monetária e o acompanhamento do andamento da economia agora consomem seu tempo e energia, segundo entrevistas de funcionários do Fed.

Ele e outros técnicos do Fed vêm estudando o caso do baixo desemprego dos anos 60 em busca de pistas. Fazem simulações para entender o que pode acontecer se o desemprego continuar caindo e debatem se os modelos tradicionais de desocupação e inflação ainda são válidos. O Fed há muito opera sob a crença de que quando o desemprego diminui demais, a alta dos custos da mão de obra domina a cena e leva ao aumento da inflação. Powell arregimentou dois especialistas em política monetária como seus principais auxiliares. Sob influência de Powell, a Casa Branca indicou Richard Clarida, da Columbia University, para se tornar o vice-presidente do Fed.

A Casa Branca havia entrevistado outro indicado por Powell, o presidente do Fed de San Francisco, John Williams. Depois que o governo havia aprovado Williams como vice-presidente, Powell agiu nos bastidores para que ele fosse

selecionado como o próximo líder do Fed regional de Nova York, considerado um dos postos mais importantes no sistema do Fed, segundo fontes a par do processo.

Como presidente, Powell prefere uma interação mais imediata, direta e informal com o quadro do Fed de economistas com doutorado. Ele frequentemente chega ao trabalho às 6h15 e lhes manda perguntas por e-mail a todas as horas, segundo fontes.

O Fed está mais próximo do que nunca, nos últimos dez anos, de atingir os dois objetivos que recebe do Congresso maximizar o emprego e manter uma inflação estável e baixa. A meta de inflação anual é de 2% porque acredita-se que esse patamar é favorável para uma economia com uma demanda saudável de bens e serviços.

O debate sobre o emprego ganha mais urgência porque projeta-se que o desemprego deverá continuar caindo em razão do impulso proveniente dos cortes de impostos e do aumento dos gastos governamentais. Se as tendências de contratações e de participação da força de trabalho em vigor desde janeiro continuarem, o desemprego cairia para um mínimo de 3,3% em dezembro, bem abaixo das estimativas de técnicos do Fed sobre o patamar que seria sustentável no longo prazo.

Entre as questões que preocupam Powell, estão: será que um mercado de trabalho já de baixo desemprego poderia trazer pessoas que estão fora desse mercado e elevar as taxas de participação da força de trabalho? Se isso acontecesse, a economia estaria em posição para aproveitar esses recursos não usados e continuar crescendo sem sobreaquecer-se. Isso permitiria ao Fed elevar os juros de forma mais lenta.

Se não houver pessoas fora do mercado de trabalho prontas para entrar, o Fed poderia elevar as taxas de forma mais agressiva. Inflações mais altas exigem apertar o crédito para manter as pressões sobre os preços controladas.

Uma escolha errada poderia desencadear uma recessão. Por enquanto, o Fed vem elevando as taxas de juros de forma gradual e Powell sinalizou continuidade na abordagem de Janet Yellen, sua antecessora. Mas economistas que trabalharam com ambos disseram que as diferenças em seus históricos poderiam acabar levando o atual presidente, que costuma ser chamado pelo apelido Jay, a seguir um rumo ligeiramente diferente.

"Yellen tinha 30 anos de formação em modelos macroeconômicos", disse Alan Detmeister, economista do UBS Securities, que trabalhou na área de preços e salários do Fed. Ela estava convencida de que baixos índices de desemprego eventualmente levam ao aumento da inflação, disse Detmeister, embora tivesse se recusado a fazer uma interpretação rígida dessa regra nos últimos anos. "Jay está mais disposto a olhar para formulações alternativas, já que ele não chega com um volume enorme de bagagem."

Agenda contra a China une EUA, UE e Japão na OMC

Valor Econômico - 12/06/2018

Apesar do choque entre Donald Trump e seus aliados, os EUA, a União Europeia (UE) e o Japão definiram uma "agenda anti-China" para endurecer as regras na Organização Mundial do Comércio (OMC) para enquadrar Pequim.

O comportamento intimidador do presidente americano, na cúpula do G-7 (grupo das nações mais industrializadas), no Canadá, mostrou a complexidade de cooperar com o atual ocupante da Casa Branca mesmo quando o objetivo é comum.

No entanto, os europeus, em particular, veem uma oportunidade de "refundação do multilateralismo", e superar o unilateralismo e as ameaças de Trump de aniquilar a OMC e suas regras comuns para o comércio internacional.

Para o presidente francês Emmanuel Macron, é essencial a reforma da OMC, "uma instituição preciosa, mas cujas regras não são mais adaptáveis aos problemas atuais".

À margem da recente reunião ministerial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, a chamada trilateral, formada pelos EUA, UE e Japão, deixou claro o objetivo de resolver "práticas e políticas não compatíveis com regras do mercado [non-market oriented policies] que resultam em severo excesso de capacidade, criam condições injustas de competitividade, travam o desenvolvimento e o uso de tecnologias inovativas, e minam o funcionamento correto do comércio internacional, incluindo onde as regras existentes não são efetivas".

Washington, Bruxelas e Tóquio acertaram levar à OMC o plano de renegociar regras mais fortes para subsídios industriais e empresas estatais, por exemplo. A ideia é pavimentar o terreno até o fim de 2018 e começar as negociações no ano que vem. Para isso, precisam da participação de parceiros-chaves no comércio, o que logicamente inclui Brasil e Índia.

No fracassado G-7, no fim de semana, Trump acabou retirando o apoio dos EUA ao comunicado final no qual o Canadá, alvo da fúria do líder americano, buscava reunir forças para o lançamento dessa negociação, que visa elaborar regras internacionais mais fortes para enquadrar a China.

A irritação dos outros líderes com Trump pode até atrasar esse movimento. Mas ninguém duvida de que o plano vai avançar, diante da constatação comum de que as regras atuais da OMC são fracas para limitar as políticas da China.

O potencial de conflito com Pequim é enorme, já que um objetivo é atacar a estratégia de desenvolvimento de longo prazo com a política industrial Made in

China 2015, que visa tornar a China uma potência em áreas como inteligência artificial e veículos elétricos.

Na OMC, a nova agenda não foi até agora formalmente objeto de qualquer iniciativa, diz um importante negociador. A impressão é de que os EUA, UE e o Japão vão avançar gradualmente, na tentativa de atrair apoio de outros países.

As discussões sobre uma nova agenda de negociação não serão fáceis. Países agrícolas deverão indagar porque discutir subsídios industriais e não os gigantescos subsídios internos para a agricultura nos EUA, UE e no Japão.

Além disso, países em desenvolvimento, muitos deles tendo a China como maior parceiro comercial, resistem atualmente a uma agenda de novos temas que inclui comércio eletrônico e facilitação de investimentos, por exemplo.

Enquanto isso, a equipe de Trump sugeriu na semana passada que a Casa Branca não vai seguir decisões ou regras da OMC e de outras agências internacionais se sentir que isso não é do melhor interesse dos EUA.

Nenhum país é obrigado a implementar as decisões dos juizes da OMC. Os EUA podem ignorar as decisões do órgão. Só que o país reclamante e vencedor terá o direito a retaliar produtos americanos - o que não é algo fácil frente a maior economia do mundo.

O modelo de mudanças é a China

O Globo - 12/06/2018

O presidente Donald Trump pode ter prometido que a Coreia do Norte vai se tornar “muito rica” com investimento americano se Pyongyang desistir das armas nucleares, mas economistas e acadêmicos que estudam o país isolado dizem que a China, e não os EUA, será o motor de qualquer transformação.

O modelo mais próximo seria baseado não no capitalismo ao estilo americano, mas na economia de mercado controlada pelo Estado posta em prática pela primeira vez por Deng Xiaoping, que se tornou líder da China em 1978, segundo os especialistas. As mudanças foram maciças e o crescimento, fenomenal, mas mais importante, o Partido Comunista Chinês conseguiu tudo isso não somente retendo poder, e sim aumentando seu controle do país.

E na reta final da cúpula sem precedentes entre Trump e o líder norte-coreano, Kim Jong-un, é à China que Pyongyang vem cada vez mais recorrendo. Kim fez duas visitas para encontrar o presidente Xi Jinping desde março, enquanto uma delegação de alto nível de seu Partido dos Trabalhadores fez uma turnê de 11 dias pelos centros industriais da China em maio.

“Kim está conversando com Trump porque precisa fazer com que os EUA levantem as sanções. Depois disso, as manchetes serão todas sobre Kim e Xi

Jinping”, disse Jeon Kyong-man, economista do Instituto de Integração Coreana.

PRESSÃO DA PEQUIM AFETOU O NORTE A China já é a mais importante aliada e maior parceira comercial da Coreia do Norte, representando mais de 90% do comércio de Pyongyang. O modelo de mudança da China de uma economia planejada para uma de mercado é atraente para Pyongyang porque foi realizado com estabilidade política, social e econômica, segundo Zhang Anyuan, economista-chefe da Dongxing Securities em Pequim.

Assim como a China, a Coreia do Norte pode olhar para outras economias em que controle rígido de cima para baixo foi mantido, incluindo o Vietnã ou até a estrutura de negócios dos “chaebols” da Coreia do Sul, o que poderia permitir uma “ditadura de capital”, segundo Adam Cathcart, especialista da Universidade de Leeds, Inglaterra.

Xi, sob pressão de Trump, começou a impor sanções para valer na segunda metade de 2017. Em março, havia seis meses que a China não importava minério de ferro, carvão e chumbo da Coreia do Norte, seguindo sanções da ONU. Isso afetou as indústrias pesadas norte-coreanas e outros setores manufatureiros, fortemente dependentes de carvão. Mas, mais importante, a queda no comércio com Pequim “matou a parte mais promissora da economia” — mercados não oficiais onde indivíduos e varejistas comercializam em sua maioria mercadorias chinesas e produtos agrícolas, diz Jeon.

Mesmo após as sanções serem levantadas, a Coreia do Norte provavelmente vai perseguir crescimento dirigido pelo Estado porque afrouxar os controles é potencialmente desestabilizador para Kim, diz Kim Byung-yeon, professor de Economia da Universidade Nacional de Seul.

‘Nuvens escuras pairam sobre economia global após reunião do G7’

DCI - 12/06/2018

As nuvens sobre a economia global ficaram ainda mais escuras, especialmente desde a divisão dos líderes do grupo das sete maiores economias na cúpula no fim de semana. A opinião é da diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, que falou, nesta segunda-feira, sobre o frustrante encontro realizado durante o final de semana, em Quebec, no Canadá, quando o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não só se retirou antes como agiu com desdém ante seus pares. Ainda anunciou que estava retirando o apoio de seu país a um comunicado conjunto e em sua conta no Twitter escreveu que o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau era fraco e desonesto.

Lagarde, durante uma coletiva de imprensa conjunta em Berlim com os chefes de outras importantes organizações econômicas e a chanceler alemã, Angela

Merkel, disse que a confiança dos empresários está diminuindo devido a medidas que atrapalham o comércio.

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevedo, acrescentou: “Temos, portanto, que parar com essa escalada de tensões. Um processo difícil não será útil”.

O FMI já vem alertando há algum tempo sobre o crescimento das incertezas econômicas no mundo, com aumento do protecionismo, que deve afetar o comércio global como um todo, bem como reduzir empregos por toda as partes do mundo. Até o Banco mundial reduziu suas projeções de expansão global por isso.

A Itália e os imigrantes

O Estado de S. Paulo - 12/06/2018

Gilles Lapouge

O homem forte do novo governo italiano, Matteo Salvini, não tardou em mostrar seus músculos. É verdade que ele ocupa um ministério feito sob medida para sua ambição: o do Interior. Neste posto, ele poderá aplicar as doutrinas da Liga, partido de extrema direita liderado por ele, nascido no norte rico e fundado no desprezo pelos imigrantes.

Uma oportunidade de ouro lhe favoreceu: migrantes vindos da Líbia tinham sido recolhidos no mar, ao custo de manobras muito perigosas, pelo barco humanitário Aquarius. Roma aproveitou a oportunidade para pedir ao navio que recolhesse outros imigrantes que haviam sido salvos pela Guarda Costeira italiana.

Estranho! Sem dúvida, Salvini queria “completar a lotação” e demonstrar a firmeza do novo poder italiano frente ao “negócio da imigração”. O resultado é que o Aquarius estava cheio quando subitamente recebeu a proibição de desembarcar em um porto italiano. O navio fez meia-volta, acelerou em direção a Malta, que se recusou a substituir a Itália falida. Resultado: mais de 600 imigrantes em extrema angústia em um navio navegando “para lugar nenhum”.

Como explicar a atitude do ministro do Interior? De imediato, se fareja uma operação “política”. No domingo, enquanto os infelizes imigrantes estavam à beira da morte, ocorriam eleições municipais na Sicília. O comportamento “viril” de Salvini entusiasmou os italianos e a Liga viu seu poder aumentar.

Mas há também uma razão mais importante: durante anos, a Itália suportou sozinha o peso dos imigrantes. A União Europeia decidiu que os países para onde os refugiados iam eram responsáveis por eles. Então, a Itália, um dos países mais pobres da UE, está na linha de frente. E os vizinhos? Eles escondem as “cabeças nas plumas”.

A consequência é lógica: a Itália está agora na vanguarda da luta contra os imigrantes. Compreende-se: ao seu lado, a rica França, que há 300 anos dá conselhos de filosofia e compaixão a todo o mundo, pavoneia-se e recebe minúsculos contingentes de imigrantes – algumas centenas, enquanto a Alemanha absorveu 1 milhão em 2015. Conclusão: o lamentável comportamento italiano não tem suas raízes na Itália, mas no egoísmo da Europa.

Se um país generoso deu a si próprio um governo xenófobo e cheio de resíduos fascistas, o primeiro responsável é a democrática e humanista UE. O novo governo italiano recuou, depois de prometer deixar o euro, mas quer mudanças decisivas na moeda. É aqui que percebemos a ligação estrutural entre as duas profundas feridas da Itália, os migrantes e a debilidade de sua economia.

A idade de ouro da Itália acabou. Os imigrantes e o euro tiveram suas razões. E os dois partidos extremistas, a Liga e o Movimento 5 Estrelas (M5S), aproveitaram para subir no topo do pódio, associando, contra toda a lógica, os ricos industrialistas do norte (a Liga) e os “esquecidos” do sul (M5S). Juntos, criaram um problema tão lógico quanto se o mesmo carro fosse puxado por um touro e por uma velha galinha depenada.

Colocamos em dúvida suas chances de sobrevivência. Deve-se notar que os imigrantes à deriva causaram o primeiro ranger de dentes. Até o ministro dos Transportes, Danilo Toninelli, do M5S, demorou para obedecer às ordens dadas por Salvini.

Quão democrático é o euro? Valor Econômico - 12/06/2018

Dani Rodrik

Quando o presidente da Itália vetou a nomeação do eurocético Paolo Savona para o ministério das Finanças no governo proposto pela aliança de partidos Movimento Cinco Estrelas e Liga, terá ele protegido ou minado a democracia em seu país? Independentemente dos limites constitucionais específicos ao contexto italiano, a indagação vai ao cerne da legitimidade democrática. As difíceis questões colocadas nesse caso precisam ser abordadas de maneira correta e apropriada para que nossas democracias liberais retomem sua saúde.

O euro representa um compromisso do qual não há saída clara dentro das regras do jogo vigentes. O presidente Sergio Mattarella e seus defensores apontam que a opção de abandonar o euro não foi sujeita a discussão na campanha eleitoral que levou a coalizão populista ao poder e que a nomeação de Savona criou riscos de colapso do mercado financeiro e caos econômico. Os detratores de Mattarella argumentam que ele exorbitou de sua autoridade e

permitiu que os mercados financeiros vetassem a escolha de um ministro por um governo eleito pelo povo.

Ao aderir ao euro, a Itália abriu mão de sua soberania monetária em favor de um tomador de decisões independente e externo, o Banco Central Europeu (BCE). Também assumiu compromissos específicos com respeito à condução de sua política fiscal, embora essas restrições não sejam tão "duras" quanto aquelas que delimitam a política monetária. Essas obrigações impõem limites concretos às decisões de política macroeconômica das autoridades italianas. Em especial, a ausência de uma moeda nacional significa que os italianos não podem escolher sua própria meta de inflação ou desvalorizar sua moeda em relação a moedas estrangeiras. Eles também precisam manter seus déficits fiscais abaixo de certos tetos.

Essas restrições externas a decisões de política monetária não são, necessariamente, conflitantes com a democracia. Por vezes, faz sentido que o eleitorado amarre suas mãos quando isso ajuda a alcançar melhores resultados. Daí o princípio da "delegação democrática": as democracias podem melhorar seu desempenho delegando aspectos de tomada de decisões a agências independentes.

O caso clássico de delegação democrática surge quando há necessidade primordial de um compromisso confiável em relação a determinado curso de ação. A política monetária talvez seja o exemplo mais claro disso. Muitos economistas concordam com a visão de que os bancos centrais podem gerar ganhos de produção e de emprego por meio de política monetária expansionista se forem capazes de produzir inflação inesperada no curto prazo. Mas como as expectativas se ajustam ao comportamento do banco central, uma política monetária discricionária é inútil: ela gera inflação mais alta e nenhum crescimento do produto ou do emprego. Por isso, é muito melhor imunizar a política monetária contra pressões políticas, delegando-a a bancos centrais tecnocráticos independentes encarregados do objetivo singular da estabilidade de preços.

Superficialmente, o euro e o BCE podem ser vistos como a solução para esse dilema inflacionário no contexto europeu. Eles protegem o eleitorado italiano contra as tendências inflacionárias contraproducentes de seus políticos. Mas há peculiaridades na situação europeia que tornam o argumento da delegação democrática mais suspeito.

Por um lado, o BCE é uma instituição internacional, responsável pela política monetária da zona do euro como um todo, e não apenas pela italiana. Em consequência, o BCE será geralmente menos sensível às circunstâncias econômicas italianas do que um banco central puramente italiano igualmente independente. Esse problema é agravado pelo fato de que o BCE escolhe sua própria meta de inflação, definida em 2003 como "abaixo, mas próxima de, 2% no médio prazo".

É difícil justificar a delegação da própria meta de inflação a tecnocratas não eleitos. Quando alguns países da zona do euro são impactados por choques de demanda adversos, a meta determina o grau da dolorosa deflação de salários e preços a que esses países devem se submeter para se reajustar. Quanto mais baixa a meta, mais deflação o país terá de suportar. Houve um bom argumento econômico para o BCE ter elevado sua meta de inflação após a crise do euro para facilitar os ajustes de competitividade no sul da Europa.

Como Paul Tucker, ex-vice-presidente do Banco da Inglaterra, discute em seu magistral livro "Unelected Power: The Quest for Legitimacy in Central Banking and the Administrative State", o argumento em favor de delegação democrática é sutil. A distinção entre os objetivos de política monetária e como eles são implementados precisa ser clara. Na medida em que acarretam consequências distributivas ou trade offs entre objetivos conflitantes (emprego versus estabilidade de preços, por exemplo), os objetivos de política monetária devem ser determinados por meio de critérios políticos. A delegação é justificada, no melhor dos casos, na condução de uma política monetária que atenda a objetivos politicamente determinados. Tucker argumenta, corretamente, que poucas agências independentes baseiam-se em uma aplicação cuidadosa de princípios que seriam aprovados num teste da legitimidade democrática.

Essa deficiência é muito pior no caso da delegação a agências ou tratados internacionais. Com demasiada frequência, os compromissos econômicos internacionais servem não para corrigir falhas democráticas domésticas, mas para privilegiar interesses empresariais ou financeiros e minar pactos sociais domésticos. O déficit de legitimidade da União Europeia deriva da suspeita popular de que seus arranjos institucionais se desviaram demasiadamente da correção de falhas, tendendo para a concessão de privilégios. Quando Mattarella citou a reação dos mercados financeiros ao justificar seu veto a Savona, ele reforçou essas suspeitas.

Para que o euro - e, na realidade, a própria UE - permaneça simultaneamente viável e democrática, as autoridades monetárias terão de prestar mais atenção aos exigentes requisitos para delegação de decisões a organismos não eleitos. Isso não significa que eles devam resistir à delegação de soberania a agências supranacionais a qualquer preço. Mas devem reconhecer que as preferências de política monetária dos economistas e de outros tecnocratas, por si só, raramente conferem às políticas monetárias suficiente legitimidade democrática. Eles deveriam promover essa delegação de soberania somente quando ela realmente melhorar o desempenho de longo prazo de suas democracias, e não quando ela simplesmente promove os interesses das elites globalistas.